



15246032



08018.001832/2018-01



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
CONARE_Em produção

NOTA TÉCNICA Nº 1/2021/CONARE_em_prod/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08018.001832/2018-01

INTERESSADO: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS - CONARE

INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar uma análise detalhada da situação da República do Mali no intuito de verificar a aplicabilidade do dispositivo de “Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos” para reconhecimento da condição de refúgio, conforme previsto no inciso III, art. 1º da Lei nº 9.474, de julho de 1997.

A Declaração de Cartagena^[i], de 1984, recomendou que os países considerassem, no seu conceito de refugiado, não apenas os elementos da Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, mas também aquelas pessoas que:

[...] tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, 1984).

Para análise da incidência de grave e generalizada violação de direitos humanos conforme descrito na Declaração de Cartagena, serão considerados, além de avaliação extensa e criteriosa da situação do Mali descrita no Estudo de País de Origem – EPO, a posição do Ministério das Relações Exteriores e a declaração de não retorno do Alto Comissariado da ONU para Refugiados – ACNUR, quando disponível. Considerando esse conjunto de informações, o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare avalia e determina se o Mali vive uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos.

A fim de facilitar a análise, as informações desta Nota Técnica estão consolidadas segundo as cinco dimensões listadas na Declaração: 1) violência generalizada; 2) agressão estrangeira; 3) conflitos internos; 4) violação maciça de direitos humanos; 5) outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. Antes desses aspectos, no entanto, há uma introdução e breve contextualização sobre o Mali, organizadas nas seções “Contextualização – Panorama Geral” e “Cronologia dos Principais Eventos”.

CONTEXTUALIZAÇÃO – PANORAMA GERAL

A República do Mali, o oitavo maior país africano com uma área de aproximadamente 1.240.000 quilômetros quadrados, não possui saída para o mar e conta com o rio Níger como sua principal rota de trânsito de água. Esta hidrovia principal flui da parte sul até Timbuktu, localizada no centro, e então atravessa a fronteira para o vizinho Níger. Trata-se de um país árido que se caracteriza por apresentar diferenças substanciais entre sua região norte - onde o deserto do Saara é dominante - e a região sul, de clima subtropical, onde há criação de gado, cultura do algodão, bem como outras commodities disponíveis (ouro, fosfatos, caulim, sal, calcário, urânio, gesso, granito, energia hidrelétrica, nota, bauxita, minério de ferro, manganês, estanho e depósitos de cobre ainda não explorados). A grande maioria da população vive na metade sul do país, com maior densidade ao longo da fronteira com Burkina Faso^[ii].

MAPA 01

Regiões Administrativas do Mali



Fonte: <https://geology.com/world/world-map.shtml>

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o país apresenta uma economia de baixa renda, pouco diversificada e vulnerável às flutuações dos preços das commodities. A atividade econômica está em grande parte confinada à área ribeirinha irrigada pelo Rio Níger. Aproximadamente 65% da área terrestre do Mali é desértica ou semidesértica. Cerca de 10% da população é nômade e cerca de 80% da força de trabalho dedica-se à agricultura e pesca [iii].

Seu rápido crescimento populacional (uma taxa de fertilidade de 5,88 filhos por mulher em 2018) e as mudanças climáticas representam uma ameaça à agricultura e à segurança alimentar. A taxa de pobreza extrema, que era de 47,2% em 2012 (período este em que o país esteve mergulhado em uma séria crise política), caiu para 42,3% em 2019, como resultado de níveis recordes de produção agrícola desde. Contudo, a crise humanitária de 2020 levou a um novo aumento (na ordem de 5%, retornando ao índice de 2012) nos índices de pobreza, a qual está concentrada, preponderantemente, nas áreas rurais densamente povoadas do sul do país [iv].

A pandemia do novo coronavírus e a crise sociopolítica resultante do golpe de Estado de 2020 levaram o Mali a mais uma gravíssima recessão econômica. Estima-se que o PIB real tenha caído 2% em 2020, refletindo o declínio da demanda global por commodities. Tal situação foi agravada pelo declínio da produção de algodão e o fraco desempenho do setor agrícola, fatores que agravam a pobreza, principalmente nas áreas rurais. O Índice de Desenvolvimento Humano de Mali no ano de 2020 foi de 0,434 (184ª posição entre os 187 Estados membros das Nações Unidas com os valores de IDH disponíveis [v]).

A população estimada de Mali é de 20.137.527 habitantes (2021). A população urbana é estimada em 44,7% da população total do país (2021). A população total do país deve dobrar até 2035 e sua capital, Bamako, é uma das cidades de crescimento mais rápido da África [vi]. A expectativa de vida é em torno de 59 anos para homens e 64 anos para mulheres [vii]. No que concerne os grupos étnicos que habitam o país, há uma grande diversidade deles. Os bambara são 46.3%, os Peuhl/Foulfoulbe 9.4%, os Dogon 7.2%, os Maraka/Soninke 6.4%, os Malinke 5.6%, os Sonrhai/Djerma 5.6%, os Minianka 4.3%, os Tamacheq 3.5%, os Senoufo 2.6%, os Bobo 2.1%, e 7% de etnias não-identificadas [viii]. Para fins da análise a ser apresentada nesta Nota Técnica, é importante que se informe as características específicas às seguintes etnias:

Principais grupos étnicos que habitam o Mali		
Bambara	O maior grupo étnico do Mali - 34% - vive principalmente no sul e no centro do país.	
Peul/ Fulani	População tradicionalmente pastoril espalhada por todo o Sahel; 15% da população.	Tolebe — subgrupo Peul que vive na região de Ménaka Peul rouge - nome informal para pastores Peul no centro de Mali

Tuareg	Grupo étnico semi-nômade que vive em todo o Sahel e Saara. Representam aproximadamente 10% da população	Ifoghas - clã tuaregue tradicionalmente considerado nobre Imghad — clã Tuaregue tradicionalmente considerado tributário da nobreza Idnane - o clã Tuareg que, atualmente, se considera nobre, morando principalmente em Kidal Daousahaq — subgrupo tuaregue que vive na região de Ménaka, perto da fronteira entre o Níger e o Mali
Mouros e árabes	Malienses que vivem nas regiões do norte de origem árabe e berbere.	
Dogon	População tradicionalmente sedentária que vive na região do planalto do centro de Mali; compreende aprox. 8% da população.	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados contidos em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

O país tem 13 línguas nacionais, além de sua língua oficial (francês). O esforço envidado após a conquista da independência pelo desenvolvimento de uma identidade nacional moderna entre os povos dos reinos históricos Mandé e Fulani e o império Songhai não foi bem sucedido, pois falhas persistentes para integrar algumas das populações remotas (em especial as comunidades Tuareg [ix] que habitam o nordeste do país) continuam a ameaçar a construção da nação malinesa.

De acordo com a constituição aprovada em 12 de janeiro de 1992, o regime político estabelecido é o de república presidencialista, sendo o poder legislativo unicameral. O presidente é eleito diretamente pelo voto popular da maioria absoluta em duas rodadas, se necessário, para um mandato de cinco anos (elegível para um segundo mandato). O presidente nomeia o primeiro-ministro. Os membros da Assembleia Nacional de 147 assentos também cumprem mandatos de cinco anos [x]. Os debates entre os candidatos à presidência e ao legislativo devem ser transmitidos pela televisão e todos os partidos recebem tempo de transmissão gratuito antes das eleições.

De acordo com sua constituição, Mali é um estado laico. Trata-se de um país majoritariamente muçulmano (93,9% da população), sendo o restante dos malineses cristãos (2,8%), animistas (0,7%) [xi]. Os partidos políticos de orientação religiosa ou baseados em fundações religiosas são proibidos por lei. O islamismo no Mali tem sido historicamente moderado e pluralista e coexistiu com outros sistemas de crenças. Entretanto, em especial a partir das instabilidades políticas ocorridas em 2012, grupos fundamentalistas islâmicos tem, cada vez mais, participado – muitas vezes de maneira violenta – dos espaços públicos malineses. Para fins de organização desta Nota Técnica, apresenta-se a tabela abaixo, contendo as mais relevantes informações sobre as milícias e grupos armados com atuação no Mali, os quais serão referenciados em detalhe por este arrazoado.

Principais milícias e grupos armados com atuação no Mali	
Movimento Nacional pela Libertação de Azawad (MNLA)	Grupo político armado, herança das Rebeliões tuaregues da década de 1990 (1990-95) e 2000 (2006). Em novembro de 2011, o MNLA recrutou militantes tuaregues que haviam sido mercenários do regime Kadafi durante o conflito na Líbia. O MNLA é liderado por Mohamed Ag Najum, um ex- coronel do exército líbio. Trata-se de um movimento secular que luta pela independência da região de Azawad, autoproclamada em 6 de abril de 2012. Abuso perpetrado por radicais islâmicos e a contestação destes da liderança do MNLA na região fez com que o MNLA a se distanciasse deles.
Islamic State in the Greater Sahara (ISGS)	Grupo militante que aderiu à ideologia do Jihadismo Salafi fundado em maio de 2015 por Adnane Abou Walid Al-Sahraoui, quem foi substituído no final de 2019 por um novo emir, Abdoul Hakim Al-Sahraoui. O grupo tem sede na região de Ménaka, no leste do Mali. De acordo com um relatório do Centro de Combate ao Terrorismo (CTC) em West Point, o ISGS tinha 425 combatentes em agosto de 2018. grande parte de seus combatentes são Peuls.
Al-Qaida in the Islamic Maghreb (AQIM)	Organização islâmica armada de origem argelina conhecida antes de janeiro de 2007a como Grupo Salafista de Predicação e Combate (GSPC). O grupo foi classificado como uma organização terrorista pelas Nações Unidas. Em março de 2017, a filial do Saara da AQIM se fundiu com a Frente de Libertação de Macina, Ansar Dine e Al-Mourabitoun fundando a Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin (JNIM).
Movement for Unity	Grupo jihadista islâmico armado que foi criado quando se separou da AQIM, em 2011. Foi fundado e liderado pelo Mauritanian

and Jinao in West Africa (MUJAO)	Hamada Ould Khaïrou. O grupo luta para introduzir a lei da Sharia nos comunidades do Norte do Mali. O MUJAO é conhecido especialmente por seus sequestros e pela tomada de reféns em países limítrofes de Mali e em Gao.
Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin (JNIM)	É o braço oficial da Al-Qaeda no Mali, depois que seus líderes juraram lealdade a Ayman al-Zawahiri.. Em 19 de março de 2017, a Al-Qaeda emitiu uma declaração aprovando o novo grupo e aceitando seu juramento de lealdade.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados contidos em: <https://ctc.usma.edu/the-end-of-the-sahelian-anomaly-how-the-global-conflict-between-the-islamic-state-and-al-qaida-finally-came-to-west-africa/>

3. CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS

3.1. Redemocratização, nova Constituição e estabilidade política (1991-2012)

Em março de 1991, assolados pelas alarmantes condições humanitárias que vivenciavam, manifestantes se organizaram nas ruas de Bamako para exigir o fim da ditadura de Moussa Traoré[xii]. Em resposta, o líder ordenou a repressão dos protestos, culminando na morte de aproximadamente trezentos manifestantes. Tal desenlace desencadeou um motim entre o grupo de soldados que se recusaram a cumprir as ordens de repressão. Enquanto líder dos “insubordinados”, o tenente-coronel Amadou Toumani Touré, popularmente conhecido pelo acrônimo ATT, ganhou legitimidade entre parte da tropa e, a partir dela, logrou articular a destituição de Moussa Traoré, ainda em 1991.

Após a queda do ditador, ATT foi saudado pela comunidade internacional como um “soldado da democracia”, pois optou por não reter o poder, mas se afastar para, assim, abrir caminho para a realização de uma Conferência Nacional[xiii], a qual culminou na promulgação de uma nova constituição e, também, na convocação de eleições democráticas, as quais foram realizadas em 1992.

O processo histórico pela consolidação da democracia do Mali, iniciado em 1992, parecia promissor. As análises sobre o tema apontavam para a consolidação de importantes iniciativas para o estabelecimento de um regime legítimo e democrático. Estas incluíam a presença de um governo civil, formado a partir de eleições universais e regulares, de um tribunal constitucional independente, da descentralização administrativa e de vários mecanismos típicos da modalidade participativa de democracia[xiv]. Tais avanços sedimentaram a reputação de que, de fato, o país avançava em medidas voltadas para a reforma democrática, o que, por sua vez, resultou em altos níveis de apoio internacional. Como exemplos, citam-se o fato de Mali ter se qualificado para ser parte do Programa de Países Pobres Altamente Endividados do FMI (HIPC), em 1999, bem como a decisão pelo alívio de sua dívida externa no montante de cerca de US \$ 540 milhões, em 2005[xv].

Tais articulações pareciam se fortalecer cada vez mais, em especial após a realização de eleições livres e justas em 1992, 1997 e em 2002, as quais resultaram em transições pacíficas para os presidentes recém-eleitos. Depois de vencer as eleições presidenciais de 1992, Alpha Oumar Konaré cumpriu o limite constitucional de dois mandatos. As eleições, no entanto, não ocorreram sem intercorrências. Em especial a ocorrida em 1997, quando a oposição boicotou o pleito em protesto contra supostas irregularidades nas zonas eleitorais perpetradas pelo partido no poder, a Aliança para a Democracia no Mali (ADEMA[xvi]).

Já em 2002, ATT foi eleito presidente através de uma candidatura independente. E, da mesma maneira, sem estar vinculado a nenhum partido político, se reelegeu em 2007. A falta de afiliação partidária do principal líder político do país, conforme os fatos históricos demonstrariam, se tornaria um importante empecilho para a efetiva consolidação da democracia do Mali. Análises dão conta de que a democracia foi paulatinamente corroída quando o ATT minou o diálogo e a oposição por meio do que ele chamou de “política de consenso[xvii]”.

Como político independente, ou seja, sem vinculação partidária, ATT construiu uma grande coalizão de partidos políticos, logrando cooptar a oposição, a qual havia sido muito atuante durante os dez anos da presidência de Konaré. A oportunidade de fazer parte da coalizão presidencial ofereceu muitas vantagens para políticos que foram facilmente cooptados. O resultado final foi que a oposição foi silenciada, e uma elite política que parecia não ter nenhuma preocupação com as necessidades diárias das pessoas comuns ganharam influência e poder. A partir desse mecanismo de controle universal do poder político, a cultura da corrupção e da impunidade acabou por espalhar-se rapidamente no sistema político do país[xviii].

Para além do espriamento dos problemas internos acima descritos, o país passou a enfrentar, em especial a partir de 2007, graves ataques de grupos extremistas em seu território, sendo o mais relevante deles perpetrados pela organização preponderantemente argelina “Al-Qaeda no Magrebe Islâmico” (AQMI). A intensificação das atividades do grupo no território do Mali contribuiu decisivamente para a desestabilização da zona do Sahel. Desde então, os índices de criminalidade na região aumentaram exponencialmente, passando a ser palco de intenso tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, bem como de sequestros de estrangeiros ocidentais. O afluxo ao Mali de combatentes e armas provenientes do exército líbio após a queda do regime de Al-Qadhafi, em 2011, desencadeou uma nova rebelião Tuaregue no início de 2012[xix].

Muito embora as referidas instabilidades internas e externas já estivessem amplamente consolidadas, o país estava prestes a realizar o que a maioria dos observadores internacionais esperava ser outra transferência pacífica de poder de um presidente civil para outro, através das eleições marcadas para março de 2012. Contudo, a população demonstrava receio de que as eleições não seriam

verdadeiramente livres e justas, e que o resultado poderia ser manipulado. Após duas décadas de relativa estabilidade, a política malinesa retornou aos seus velhos e hábitos em que os golpes de estado constituem-se no método utilizado para realizar mudanças de regime. Assim, os eventos que ocorreriam em 2012 pareciam demonstrar que a única maneira de colocar o país de volta nos trilhos seria através de um golpe de Estado.

Intervenção francesa e estabelecimento da MINUSMA (2013 - presente)

O Golpe de Estado de março de 2012 e seus desenlaces

Em 2011, o colapso do regime líbio desestabilizou o cenário geopolítico do norte da África e do Sahel, levando a um influxo de armas e ao retorno dos mercenários tuaregues - que lutavam pelo ex-primeiro-ministro da Líbia, Muammar Kadafi - ao Mali. Em 2012, uma coalizão de grupos rebeldes separatistas e jihadistas - incluindo os separatistas secularistas dos “Movimentos Nacionais para a Libertação de Azawad” (MNLA) e os movimentos jihadistas “Ansar Dine [xxi]” e o “Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental” (MUJAO) - lançaram uma operação militar conjunta para conquistar o norte do Mali [xxii]. Os insurgentes obtiveram vitórias militares decisivas e infligiram graves baixas aos soldados malineses.

A notícia da violência gerou protestos em Bamako. Militares e lideranças políticas civis criticaram duramente a maneira pela qual o governo lidou com a situação. As clamorosas derrotas nos combates no norte do país levaram a uma sublevação militar que destituiu o presidente Amadou Toumani Touré. Em 21 de março de 2012, o Capitão Amadou Sanogo, junto com seus soldados, cercou o Palácio Presidencial e anunciou que estava assumindo o poder do país. O caos sociopolítico que se seguiu em Bamako permitiu que os insurgentes invadissem as regiões de Kidal, Gao e Timbuktu que, juntas, constituem dois terços do território do Mali [xxiii].

Em março de 2012, os jihadistas do “Ansar Dine”, liderados por Iyad Ag Ghaly conquistaram o controle de Kidal, enquanto os insurgentes do MUJAO e do MNLA compartilhavam o controle de Gao. Contudo, a rivalidade entre os dois últimos grupos aumentou exponencialmente (por conta de sua divergência quanto à aplicação da sharia), o que levou à expulsão dos combatentes secularistas do MNLA da cidade [xxiii].

Entre junho de 2012 e janeiro de 2013, os insurgentes jihadistas estenderam seu controle sobre todo o norte do país, impondo à população uma interpretação radical da sharia. Beneficiando-se de sua posição de poder em face de um estado em colapso e uma comunidade internacional indecisa, os jihadistas decidiram avançar ainda mais em direção ao sul. Nesse contexto, a relevância da crise de 2012 se estende muito além das regiões do norte do Mali. Embora o centro do país não tenha sido controlado territorialmente pelos extremistas, a região sofreu com os desdobramentos do conflito, em especial por conta do grande fluxo de pessoas forçadas a se deslocar para lá, bem como pelo exponencial aumento do tráfico de drogas, armas e da crescente influência jihadista na política do país [xxiv].

Em 11 de janeiro de 2013, a França interveio no Mali após o presidente interino Dioncounda Traoré ter solicitado o apoio por parte dos franceses. Articulado pelos europeus, um acordo de paz foi estabelecido, tendo como decorrência principal a realização de eleições, ainda em 2013. O pleito ocorreu e o Mali passou a novamente contar com um governo eleito democraticamente, encabeçado por Ibrahim Boubacar Keita [xxv].

Após as eleições, tropas francesas e outras tropas internacionais cederam suas operações à recém-instituída “Missão de Estabilização Integrada Multidimensional das Nações Unidas no Mali” (MINUSMA), cujo mandato tem como principais atribuições fornecer segurança, reconstruir as forças de segurança do Mali, apoiar o diálogo político nacional e ajudar no restabelecimento da autoridade governamental do Mali. Em janeiro de 2021, a MINUSMA contava com aproximadamente de 16.500 militares, policiais e civis atuando pela Missão [xxvi].

A intervenção militar liderada pela França, junto com seus parceiros malineses e de outras nações africanas, logrou conter parcialmente os rebeldes e grupos jihadistas que ocupam as regiões do norte e do centro do país. No entanto, os conflitos em curso, em especial nas Províncias de Kidal, Menaka ao norte e na macrorregião de Mopti, no centro do país, impedem o estado do Mali de recuperar o seu monopólio total sobre o uso da força. Conforme será apontado ao longo desta Nota Técnica, a ameaça fragmentada em quatro grupos armados no norte do país torna impossível para o governo e seus parceiros combatê-los com eficácia. Na região central, por sua vez, a violência é disseminada por milícias comunitárias, que se formam em resposta aos conflitos interétnicos pré-existentes, os quais estão, em grande medida, servido de plataforma para o avanço das ações jihadistas na região.

Acordo de paz com os rebeldes do norte (2015)

É seguro afirmar que a atual crise humanitária pela qual passa Mali ainda é consequência direta dos acontecimentos de 2012. Apesar da assinatura de um acordo de paz, ocorrido em meados de 2015, e das missões e operações estabelecidas para estabilizar e pacificar o país (por exemplo, MINUSMA, Operação Barkhane [xxvii] e G5 Sahel [xxviii]), a situação política e de segurança permanecem extremamente frágeis, tendo sido deterioradas no último ano (2020).

Decorridos seis anos de sua assinatura, é seguro afirmar que o Acordo de Paz firmado em 2015 [xxix] teve graves problemas em sua implementação e seus resultados não atingiram os objetivos propostos. O governo liderado por Keita falhou em ser proativo na promoção da paz nas áreas conflagradas. Por exemplo, a Conferência de Entendimento Nacional, realizada em 2017 como evento decorrente do Acordo de Paz, não contou com a preparação adequada, tendo falhado em incluir importantes atores do cenário político do país. Os principais partidos de oposição e grupos armados só aderiram às negociações nas últimas reuniões de trabalho convocadas. Na conferência, a coalizão dos “Movimentos de Azawad” (CMA) pleiteou, mas não conseguiu obter a independência política de

Azawad. A conferência recomendou que o governo iniciasse o diálogo com grupos jihadistas islâmicos atuantes no país, como o “Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos” (GSIM), liderado por Iyad Ag Ghali, decisão esta vista pela comunidade internacional como um erro por, de alguma maneira, legitimar a ação extremista no país[xxx].

Por sua vez, a Comissão de Bons Ofícios, criada em 2017 pelo ex-primeiro-ministro, Abdoulaye Idrissa Maïga, teve como objetivo fomentar o diálogo entre os grupos que disputam a hegemonia política no país. A Comissão foi presidida por Mahmoud Dicko, presidente do Alto Conselho Islâmico do Mali, mas foi dissolvida em janeiro de 2018 pelo novo primeiro-ministro, Soumeylou Boubeye Maïga, depois que este estabeleceu contato com intermediários do grupo terrorista de Ag Ghali. Já a “Carta da Argélia para a Paz e a Reconciliação Nacional[xxxi]” serviu, em 2018, como base para o desenvolvimento da “Lei Nacional de Entendimento do Mali”. Esta lei concedeu anistia geral aos autores de crimes durante a rebelião de 2012. A lei é contestada por organizações de direitos humanos.

Quadro síntese dos principais fatos políticos ocorridos no Mali (2012-2017)	
Data	Fato
Janeiro de 2012	Começa a rebelião dos tuaregues, liderada pelo MNLA
Março de 2012	Militares, descontentes com a gestão do governo em relação à rebelião, desferem Golpe de Estado. Sob pressão internacional, cedem o poder ao presidente interino (Dioncounda Traoré)
	Jihadistas e separatistas no norte formalmente se separam, devido à divergências sobre a implementação da sharia, deixando o controle das regiões conquistadas apenas para os jihadistas
Junho de 2012	
Dezembro de 2012	ONU autoriza a Missão de Apoio Internacional liderada por africanos ao Mali (AFISMA)
Janeiro de 2013	Rebeldes capturam Kona, iniciando a ofensiva rumo ao sul do país
Janeiro de 2013	Implementação da Operação Serval (França)
Fevereiro de 2013	Implementação da AFISMA
Julho de 2013	6.000 soldados da MINUSMA são mobilizados para assumirem o controle da AFISMA
Agosto de 2013	Ibrahim Boubacar Keita vence a eleição presidencial
Maio de 2015	Governo do Mali assina acordo de paz com alguns grupos rebeldes, a luta continua
Maio de 2015	Abu Walid al Sahrawi, líder do Estado Islâmico no Grande Saara jura fidelidade ao ISIS
Junho de 2015	Acordo de Argel é assinado pelo governo do Mali, GATIA e a Plataforma.
Março de 2017	O JNIM é formado por uma fusão de grupos jihadistas.
Abril de 2017	O Conselho de Paz e Segurança da União Africana autoriza as Forças Conjuntas G5 Sahel (FC, G5S)

Novembro de 2017

A primeira missão FC, G5S é realizada na fronteira zona do Mali, Níger e Burkina Faso

Fonte: Elaboração própria a partir de dados contidos em: <http://www.ushmm.org>

Eleições presidenciais de 2018 e as eleições parlamentares de 2020

O ano de 2018 marcou outro importante acontecimento política no Mali: o fim do primeiro mandato eleitoral de Ibrahim Boubacar Keita e, com a sua reeleição em agosto, o início do seu segundo mandato. Os resultados obtidos em seu primeiro mandato não foram dos mais alvissareiros. Houve retrocessos na contenção da atuação dos grupos extremistas, bem como pouco progresso incremental em questões relacionadas aos programas e ações governamentais destinadas ao combate à pobreza e à melhoria da segurança pública[xxxii].

Apesar das dificuldades de preparação, ameaças e preocupação pública, as eleições de 2018 realizaram-se em todo o território nacional, com exceção de algumas zonas eleitorais nas regiões de Mopti, Gao e Kidal. O principal desafiante do Keita, Soumaïla Cissé (que recebeu 32,8% dos votos válidos) não reconheceu os resultados como válidos[xxxiii]. Uma dezena dos candidatos derrotados no primeiro turno se juntaram a ele nas manifestações de protesto contra o resultado das urnas por meio da consolidação da “Frente pela Salvaguarda da Democracia” (FSD) e da “Coalizão das Forças Patrióticas” (COFOP). Após as referidas articulações, Soumaïla Cissé elevou seu capital político frente ao presidente eleito, que desde a vitória fez aberturas conciliatórias com seu principal adversário[xxxiv].

Importante destacar, ainda, que líderes religiosos apoiaram diferentes candidatos durante as eleições presidenciais. Dois líderes em particular tiveram uma influência significativa na população e nos políticos do Mali: o presidente do “Alto Conselho Islâmico”, o Wahhabi Mahmoud Dicko e o copresidente deste conselho e líder espiritual da “Associação Ansardine”, Sufi M. Cherif Ousmane Madani Haidara. Ambos são capazes de mobilizar centenas de milhares de pessoas. Ambos expressam opiniões políticas e não hesitam em lembrar os líderes políticos de sua capacidade de afetar as questões políticas. Estão em curso debates sobre o papel do Islã e da religião na vida pública no Mali[xxv].

Por sua vez, as eleições parlamentares de 29 de março e 19 de abril de 2020 foram marcadas por violência e irregularidades. Decisões controversas emanadas do Tribunal Constitucional sobre o destino de 30 cadeiras legislativas deram ao partido de Keita maioria parlamentar, causando protestos de grandes proporções durante junho e julho. As mobilizações, catalisadas pelas frustrações da população em relação ao lento progresso no enfrentamento da crise de segurança, foram liderados por uma coalizão de partidos políticos de oposição, líderes religiosos e organizações da sociedade civil sob a égide do recém-construído “Movimento de 5 de junho” (“*Mouvement de 5 de junho Rassemblement des Forces Patriotiques ou M5-RFP*”)[xxvii].

Organizados pelo referido grupo, novas manifestações ocorreram entre 10 e 12 de julho[xxviii]. Os manifestantes ergueram barricadas, atiraram pedras, ocuparam, incendiaram e saquearam prédios do governo. Por sua vez, as forças de segurança prenderam, mas libertaram em 13 de julho, pelo menos cinco líderes da oposição, saquearam a sede do M5-RFP e usaram gás lacrimogêneo e tiros com munição letal para dispersar os manifestantes. As autoridades bloquearam as redes sociais e os serviços de mensagens no país por vários dias durante os distúrbios[xxviii].

Golpe de Estado de agosto de 2020

Em 18 de agosto de 2020, a crise do Mali sofreu uma importante reviravolta quando um grupo de oficiais de alta-patente amotinados na cidade-guarnição de Kati expulsou o ex-presidente Ibrahim Boubacar Keita em um movimento que, claramente, se configurou enquanto um golpe de estado[xxxix].

Paralelos foram rapidamente traçados com o golpe militar de 2012 que removeu Amadou Toumani Touré do poder. No entanto, o contexto atual difere consideravelmente daquele de 2012. Mali atualmente hospeda as missões de manutenção da paz da ONU, conta com a capacitação da União Europeia para treinar forças de segurança locais, dispõe do esforço de contraterrorismo liderado pela França (Operação Barkhane) e a Força G5 Sahel regional. No entanto, a presença de muitas tropas internacionais para estabilizar a nação da África Ocidental não impediu um golpe militar, que ocorreu em meio a meses de tensões sócio-políticas[xl].

Essa última onda de turbulência resulta de uma série de questões socioeconômicas concentradas principalmente na capital de Bamako e nas cidades periféricas de Kayes, Tombouctou, Gao e Kidal. As manifestações recentes em Bamako e Kayes gravitaram em torno de queixas populares mais gerais: infraestrutura precária, degradação de estradas ao longo das principais rotas de trânsito ao redor da capital, disfunção dos principais serviços públicos (principalmente os setores de saúde e educação) e más condições de trabalho e de vida[xli]. Por sua vez, em Gao e Timbuktu, as questões de segurança local relacionadas às disputas entre grupos armados têm sido os mais relevantes motivos para protestos, muitos deles tendo escalado para manifestações violentas e/ou para as repressões utilizando força desproporcional por parte do Estado. Por sua vez, em Kidal, a presença de forças internacionais é malvista por grande parte da população local, sentimento este que, frequentemente, gerou manifestações[xlii].

As principais partes interessadas no âmbito da comunidade internacional condenaram o golpe militar em meio a preocupações de que o Mali afundasse ainda mais no caos. A junta militar, autodenominada “Comitê Nacional para a Salvação do Povo” (CNSP), rapidamente articulou sua disposição de manter os acordos existentes e cooperar com as forças internacionais a fim de acalmar

as partes interessadas nacionais e internacionais^[xliii].

Um governo de transição foi estabelecido no início de outubro de 2020 em meio à pressão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e às negociações com partidos nacionais para transferir o poder políticos para civis. No entanto, a junta optou por permanecer no poder, nomeando seus próprios membros para cargos importantes e afirmando influência sobre a composição do governo interino. No mesmo sentido, a junta tomou medidas adicionais para militarizar a administração ao designar 13 dos 20 cargos de governador para oficiais militares^[xliiv] como resposta direta ao movimento grevista promovido por administradores civis. A referida greve foi precedida por uma manifestação em que prefeitos e subprefeitos exigiram que o Estado lhes fornecesse proteção e garantisse a libertação de seus colegas mantidos em cativeiro por grupos armados^[xliv]. O Conselho Nacional de Transição (CNT), o equivalente a um parlamento de transição e a um corpo legislativo com mandato até as próximas eleições, foi criado como parte do caminho de transição. A composição e o processo de montagem do referido Conselho foram duramente criticados pela classe política, sociedade civil e grupos armados, devido à representação excessiva dos militares e à exclusão de alguns partidos e grupos armados^[xlv].

Golpe de Estado de maio de 2021

No final de maio de 2021, os militares do Mali realizaram um novo golpe contra o governo central, prendendo e detendo o presidente provisório Bah Ndaw e o primeiro-ministro Moctar Ouane. Ndaw e Ouane estavam à frente do governo civil de transição organizado após o golpe militar de agosto de 2020. O coronel Assimi Goita, que liderou os dois golpes, assumiu o poder e disse que um novo primeiro-ministro seria anunciado em breve^[xlvii]. Em represália, a União Africana (UA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) suspenderam o Mali^[xlviii]. A UA, inclusive, ameaçou com sanções caso os militares não devolvam o poder a um governo de transição liderado por civis, enquanto a CEDEAO exigiu que Mali cumprisse um cronograma de governo de transição de 18 meses estabelecido em agosto de 2020. O referido cronograma de transição que eleições presidenciais devem ocorrer em fevereiro de 2022^[xlix].

Na primeira semana de junho de 2021, Goita nomeou um novo gabinete no governo de transição do país, com oficiais militares recebendo os ministérios estratégicos da defesa, segurança e reconciliação nacional. O coronel Sadio Camara, um dos líderes do golpe de agosto de 2020 que substituiu o ex-presidente Ibrahim Boubacar Keita, foi restaurado como ministro da Defesa. Goita, que era vice-presidente na administração de transição que acabou sendo formada após a derrubada de Keita, acusou a Ndaw e a Ouane de não tê-lo consultado sobre uma reforma do gabinete que teria substituído Camara de seu posto, assim como Modibo Kone, que estava encarregado da segurança. Kone não foi incluído na nova formação do governo. Outro coronel, Daoud Aly Mohammedine, foi nomeado ministro da Segurança. Enquanto isso, um homem também chamado Modibo Kone foi nomeado ministro do Meio Ambiente, mas um porta-voz da coalizão M5-RFP, que liderou meses de protestos contra Keita antes de sua derrubada, disse que ele é civil e não tem parentesco com o coronel^[li].

Tentativa de assassinato contra o Presidente interino (julho de 2021)

No dia 20 de julho de 2021, o coronel Assimi Goita foi atacado durante a oração muçulmana do Eid al-Adha, na grande mesquita de Bamako. Um homem não identificado - que veio a falecer sob custódia da Polícia do Mali em 25/07/2021 - tentou esfaquear Goita, que foi imediatamente protegido pelos guarda-costas, saindo ileso do ataque.

1. VIOLÊNCIA GENERALIZADA

Para além das tensões pré-existentes envolvendo parte dos grupos étnicos que habitam o país, há três catalisadores que, a partir das decorrências dos acontecimentos de 2012, tem trazido grandes ondas de violência generalizada para o Mali, em especial no norte e na região central: o contrabando e o tráfico internacional de drogas; o rápido espraiamento da ideologia jihadista e a proliferação de grupos armados.

Quanto ao tráfico internacional de drogas, cumpre salientar que o norte do Mali é uma área de intenso comércio há séculos e, nos tempos atuais, a região se tornou um centro de contrabando e de tráfico, proporcionando uma fonte crucial de renda para a população que lá vive, em especial para os jovens^[lii]. Desde meados da década de 2000, os traficantes usam rotas através da África Ocidental e do Sahel para transportar drogas da América Latina e da Ásia para a Europa. Nesse sentido, os cartéis de drogas se aproveitam do vácuo de autoridade estatal, subcontratando o transporte de cargas de drogas aos grupos armados e às milícias comunitárias. O envolvimento das milícias nos negócios das drogas e do contrabando proporciona a esses grupos a renda necessária para comprar armas, veículos e pagar os salários de seus combatentes^[lii]. Conforme os grupos locais fazem a transição do contrabando de mercadorias ao tráfico de drogas, o negócio se torna cada vez mais lucrativo e violento, aumentando a competição pelo controle de rotas e pontos de passagem^[liii]. O mapa abaixo mostra a rota do tráfico internacional de cocaína da América do Sul para a África, e de lá para a Europa. A chamada "Via Expressa 10" é o trajeto mais curto entre os dois continentes, guiando-se pelo paralelo 10. A ONU calcula que 18 toneladas de cocaína, com um valor de varejo de rua estimado em US\$ 1, 25 bilhão, cruze o oeste da África anualmente – cerca de 50% de toda a cocaína não destinada aos Estados Unidos. A maior parte segue da Colômbia, Peru e Bolívia, levada para o oeste africano a bordo de jatos particulares, barcos pesqueiros e aviões cargueiros.

MAPA 02

Mapa da principal rota de tráfico de drogas não destinada aos EUA



Fonte: <https://wdr.unodc.org/wdr2020/en/maps-and-tables.html>

O controle das rotas de tráfico tornou-se um elemento crucial na luta pelo poder entre vários grupos extremistas, líderes de comunidades e milícias armadas. Além disso, essa dinâmica aumenta os riscos - e a probabilidade de conflito violento - nas eleições distritais, porque aqueles que consolidam o poder político exercem o controle sobre as lucrativas rotas de tráfico e pontos de passagem[[liv](#)].

Quanto ao segundo catalisador apontado, o espalhamento da ideologia jihadista, é importante fazer breves apontamentos sobre sua definição conceitual. A ideologia jihadista global tem se tornado cada vez mais simples e coerente, uma vez que a Al-Qaeda deixou de ser um grupo centralizado com membros seniores estáveis para se tornar, efetivamente, uma marca que pode se apropriar de qualquer ato de terror jihadista por grupos e indivíduos em todo o mundo. Tal mudança estratégica fia-se a ideia que existe uma divisão fundamental entre muçulmanos e não muçulmanos, e que os muçulmanos estão subjugados por causa dos não-muçulmanos. A visão jihadista é a de que uma sociedade verdadeiramente “limpa” e justa deve ser impreterivelmente guiada pela Sharia. A decisão de usar a força em uma jihad global é essencialmente uma decisão estratégica, justificada pela convicção de que a mudança global é um pré-requisito para a mudança local, e que os métodos não-violentos são ineficientes para produzir essa mudança necessária[[lv](#)].

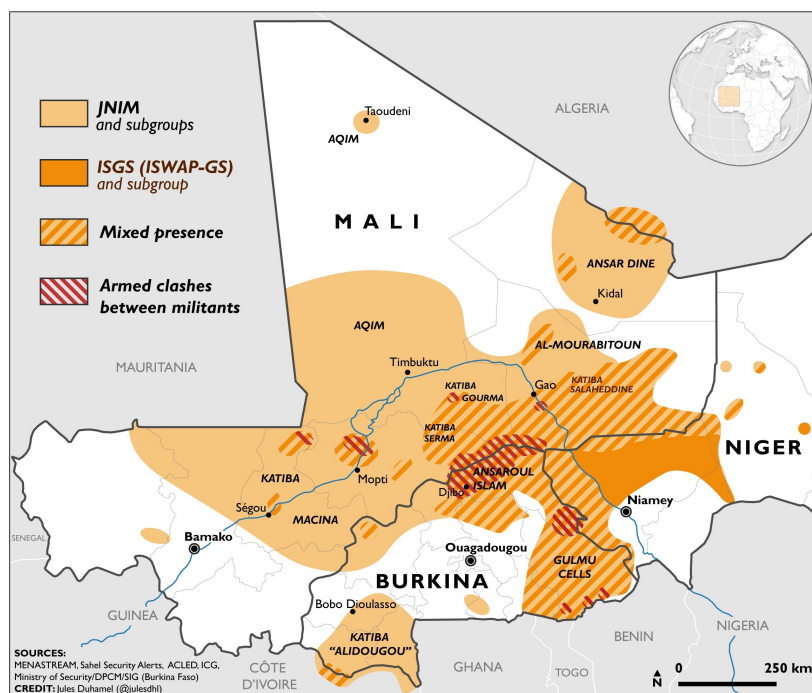
Especificamente no que concerne ao jihadismo no Mali, sabe-se que as comunidades no norte e do centro do país são majoritariamente muçulmanas, e o Islã tem sido o único fator identitário comum entre as comunidades que habitam aquelas regiões. A referência à fraternidade muçulmana muitas vezes fornece um argumento poderoso para o abrandamento de tensões e/ou a articulação de vontades políticas. Por outro lado, com a disseminação da ideologia jihadista, a religião tem se tornado cada vez mais uma fonte de divisão do que uma força unificadora no Mali. Os jihadistas costumam ver as pessoas que concordam com sua própria versão do Islã como os “verdadeiros” muçulmanos e aqueles que discordam deles como “infieis” e potenciais alvos de violência. A influência do jihadismo serve como um fator decisivo para a intensificação dos conflitos e o aumento do risco de atrocidades porque a ideologia encoraja uma mentalidade “nós-contra-eles”, invariavelmente incitando a violência[[lvii](#)].

A ideologia jihadista foi introduzida pela primeira vez no norte do Mali no início dos anos 2000 como resultado direto do transbordamento da guerra civil da Argélia (1991–2002). Jihadistas argelinos se mudaram para o norte do Mali por volta de 2004 e estabeleceram acampamentos nas áreas remotas de Kidal e Timbuktu. Eles usaram a caridade, o adensamento do comércio e o proselitismo como mecanismos para atrair as populações locais, espalhar sua ideologia e recrutar seguidores[[lviii](#)]. A partir da referida estratégia, parcela significativa das populações locais passaram a ver os jihadistas argelinos de forma positiva. A relação de confiança entre os dois grupos melhorou ainda mais quando os combatentes argelinos começaram a se casar com mulheres locais e a garantir segurança e novas oportunidades econômicas[[lviii](#)].

MAPA 03

PRESENÇA DE GRUPOS JIHADISTAS NO MALI

(Junho de 2020)



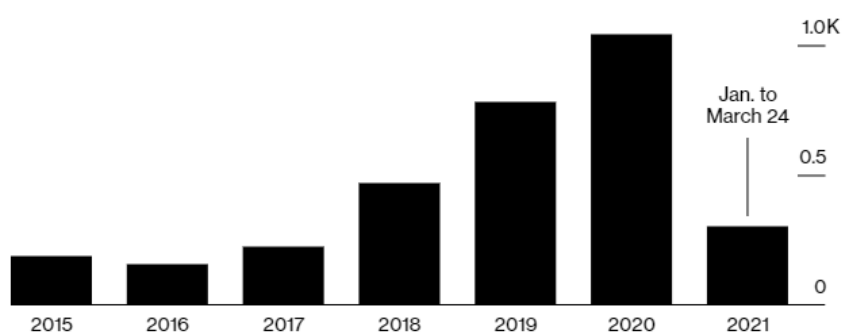
Fonte: <https://ctc.usma.edu/the-end-of-the-sahelian-anomaly-how-the-global-conflict-between-the-islamic-state-and-al-qaida-finally-came-to-west-africa/>

O jihadismo, desde então, e através de vários grupos armados, logrou se apoderar do controle territorial do norte e de algumas localidades no centro de Mali. Sua propagação é, em certa medida, resultado do vazio de autoridade do Estado e dos abusos cometidos pelos militares do Mali na região [lix]. O discurso jihadista, por sua vez, enfatiza a unidade dos muçulmanos, independentemente de suas etnias, contra o estado do Mali e os chamados cruzados [lx]. Esta aproximação foi muito bem aceita por certos grupos sociais, particularmente os pastores Peul, também chamados de "Peul rouge [lxii]", que há muito são discriminados e oprimidos por grupos tuaregues e oficiais do estado [lxiii].

GRÁFICO 01
NÚMERO DE ATAQUES EXTREMISTAS NO SAHEL
(2015-2021)

Escalating Violence

The Sahel region is en route to have more attacks this year, than 2020



Source: ACLED, via OECD analyst, Jose Luengo-Cabrera

Conforme aponta o gráfico acima, durante os últimos cinco anos (2017-2021), a quantidade de ataques extremistas na região do Sahel só aumentou. Especificamente no Mali, a violência que esteve, no início, localizada nas Províncias do norte do país se alastrou exponencialmente para o centro de Mali, à medida que o controle de territórios na referida região se tornou um foco do jihadismo [lxiii]. Atualmente, o principal grupo extremista que lá atua é o Katiba Macina, uma filial do JNIM fundada por Amadou Kouffa, um pregador influente que, a partir de 2014, passou a incitar seus seguidores – formados, principalmente, por pastores Peul - a travar jihad violenta contra o estado do Mali, as forças internacionais e/ou qualquer grupo civil que colaboram com eles [lxiv].

Como resultado da expansão do poder jihadista no centro do país, militares, autoridades locais, funcionários do governo e até mesmo membros das elites tradicionais fugiram das vilas e cidades. Quando os jihadistas assumiram o controle territorial da região, em 2016, fecharam as escolas, impuseram a sharia e passaram a atacar a população que colabora com as forças de segurança do Mali. Por causa de leis estritas implementadas pelos extremistas, as mulheres não são mais podem realizar suas atividades normais, ou seja, viajar para os mercados, trabalhar ou se envolver no

comércio[[lxv](#)].

Outro grupo jihadista que merece destaque por conta de sua crescente participação na onda de violência generalizada que assola o Mali é o “Estado Islâmico” (ISIS), especificamente seu braço regional denominado “Estado Islâmico no Grande Saara” (ISGS). Trata-se de um movimento jihadista criado em 2015 por Adnan Abu Walid al-Saharawi. Al-Saharawi, que antes era membro do MUJAO, teve papel decisivo durante a ocupação jihadista do norte do Mali entre 2012 e 2013. Depois dos militares liderados pela França terem logrado expulsar os militantes do MUJAO de seus redutos, Al-Saharawi juntou forças com Mokhtar Bel-Mokhtar para criar o grupo “Al-Murabitun”, estabelecendo sua base na área da tríplice fronteira entre Mali, Níger e Burkina Faso. Em 2015, uma disputa pela liderança levou o grupo a se dividir em duas facções. A facção de Mokhtar Bel-Mokhtar reafirmou sua lealdade à Al-Qaeda, enquanto al-Saharawi prometeu lealdade ao Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS), nomeando seu grupo “Estado Islâmico no Grande Saara” (ISGS). Por sua vez, o ISIS oficializou seu reconhecimento do ISGS em um ano depois, em 2016[[lxvi](#)].

A partir de sua afiliação com o ISIS, as informações dão conta de que o ISGS permanece um movimento de abrangência preponderantemente local. A maioria dos seus combatentes comuns é composta por jovens da etnia Peul/Fulani, provenientes da comunidade Tolebe e as análises sobre o grupo indicam que sua principal preocupação é com o fortalecimento da comunidade local tendo em vista o conflito com Daousahaq. O Peul/Fulani Tolebe e os Daousahaq lutaram por décadas pelo controle dos recursos pastorais, mas os governos de Mali e Níger negligenciaram o conflito, uma vez que ocorreu longe dos centros urbanos. Cada comunidade rival estabeleceu milícias de autodefesa para se proteger contra os ataques do outro grupo, o que fez com que a violência aumentasse nas décadas de 1990 e 2000. O colapso do estado do Mali em 2012 e a consequente onda jihadistas proporcionou oportunidade para as milícias Tolebe estabelecerem alianças com os jihadistas, enquanto o Daousahaq se juntou a outros grupos de movimentos separatistas Tuaregues[[lxvii](#)].

Depois de 2013, a intervenção militar liderada pela França pôs fim à ocupação jihadista em parte dos territórios anteriormente por eles controlados e a esse movimento seguiram as operações antiterrorismo levadas a cabo pelos exércitos do Mali e do Níger, as quais tiveram como alvo as comunidades Tolebe, acusadas de aliança com o jihadistas. Muitos civis Tolebe sofreram abusos, incluindo prisões, torturas e execuções extrajudiciais. Após o expurgo, e ainda sob a bandeira do ISGS, os Tolebe contra-atacaram, participando de vários ataques em toda a região da tríplice fronteira, permanecendo ativos até os dias atuais[[lxviii](#)].

Por fim, o último dos fatores apontados como catalisadores para a situação de violência generalizada que, hodiernamente, se observa no Mali refere-se à proliferação de grupos armados por todo o país, situação esta que está diretamente relacionada com o colapso da autoridade do estado estabelecida desde as intercorrências experimentadas em 2012. Considerando que a presença generalizada de grupos armados é problemática por si só, num contexto em que a competição entre grupos étnicos e sociais está intrinsecamente arraigada à história do país, a formação de um grupo armado por um grupo étnico normalmente desencadeia a formação de um grupo armado por parte de seu grupo rival. Em alguns casos, os atores externos emprestam legitimidade e apoio a esses grupos, o que pode aumentar a capacidade dos grupos destes cometerem atrocidades[[lxix](#)].

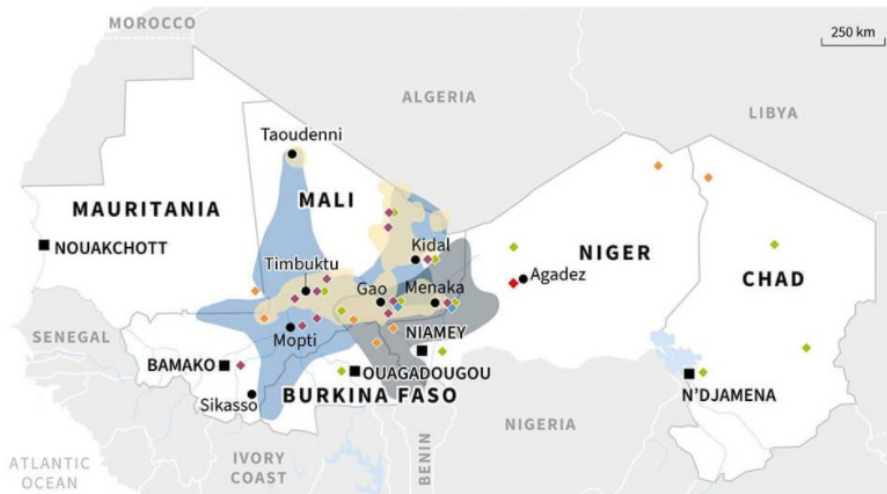
Embora a diferenciação entre eles às vezes seja imperceptível, há quatro tipos de movimentos armados que, para além das forças armadas estatais, operam no Mali: (1) os chamados “Grupos Signatários do Acordo de Paz” com o governo do Mali, (2) os movimentos jihadistas, (3) os incontáveis pequenos grupos armados reunidos com o objetivo de proteger as aldeias ou comunidades específicas em todo o norte e centro do Mali e (4) grupos e bases militares estrangeiras com atuação no país. Tal cenário está plasmado no mapa abaixo reproduzido.

MAPA 04

PRESENÇA DE GRUPOS ARMADOS NO SAHEL

Armed groups' zones of influence in the Sahel

- GSIM (Group to Support Islam and Muslims)
Al-Qaeda-affiliated
- Islamic State group
- Non-state armed groups and 2015
peace accord signatories
- ◆ Military bases
- ◆ French Barkhane force
- ◆ Takuba European taskforce
- ◆ Minusma
- ◆ G5 Sahel
- ◆ US drone base



Sources: ECFR, MINUSMA, Operation Barkhane, g5sahel.org

G5 Sahel: Burkina Faso, Chad, Mauritanie, Mali, Niger

AFP

AFPI/AFP - Map showing areas of influence of armed groups in the Sahel and regional military bases

Fonte: <https://atalayar.com/en/content/demobilising-and-integrating-armed-groups-mali>

A decisão de criar milícias é frequentemente tomada por líderes comunitários para compensar a proteção insuficiente das forças de segurança do estado e, assim, garantir proteção contra a violência de grupos rivais. No entanto, muitas comunidades optaram por fazer alianças com movimentos jihadistas, não necessariamente porque acreditavam na ideologia, mas principalmente para obter treinamento militar e armas [lxxi].

A junção entre a tríade de pontos de tensão acima elencados – tráfico de drogas, espriamento da ideologia jihadista e proliferação de grupos armados - catalisados pela mais recente crise política, fizeram do ano de 2020 o mais mortal já registrado no Mali no que concerne às mortes de civis decorrentes de conflitos armados [lxxii]. Importante salientar, conforme demonstra o relatório da Organização “*International Federation of Human Rights*” [lxxiii], em 2020, mais civis foram mortos pelas forças de segurança do que por grupos extremistas.

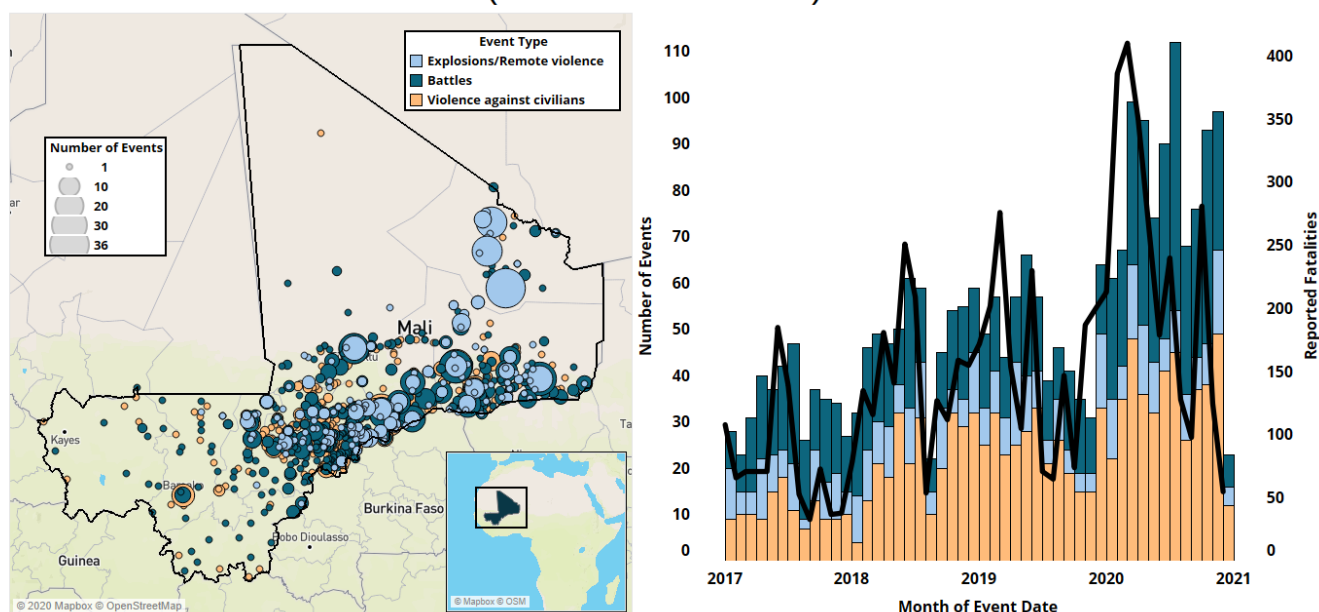
Uma tendência de alta em espiral foi observada desde 2016, após a capilarização da violência para o centro do país, em meio ao surgimento de Katiba Macina. O poder de ação da referida organização aumentou significativamente quando, em 2017, foi incorporada à Al Qaeda a partir da fundação do Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), que reuniu várias facções militantes em um conglomerado jihadista do Sahel. O JNIM é responsável por uma média anual estimada de 75% das fatalidades atribuídas à violência jihadista na região e quase 30% das fatalidades gerais resultantes da violência política organizada entre 2017-2020. Na época de sua criação, o JNIM apresentava uma alternativa político-militar-religiosa que transcendia as divisões etno-políticas. Em retrospectiva, o valor estratégico da formação da aliança demonstra que sua articulação fez ampliar significativamente o escopo geográfico das atividades violentas quando comparada aos seus grupos constituintes combinados [lxxiii].

Por sua vez, a referida ascensão do JNIM provocou forte reação da milícia rival de maioria Dogon, o Dana Ambassagou [lxxiv], e do Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS). Tais acontecimentos levaram a uma escalada da violência multidirecional por meio de ataques armados, aumento das operações militares e aumento da segmentação de civis [lxxv].

Conforme apontado anteriormente, o ano de 2020 se caracterizou pela intensa proliferação de dispositivos explosivos improvisados (DEIs), utilizados por grupos armados para realizar ataques contra militares ou contra o pessoal administrativo do governo, também afetando subsidiariamente civis e atores humanitários. Este contexto de insegurança e a extensão das operações militares restringiu o acesso de auxílio humanitário em muitas áreas da região, dificultando assim sua capacidade de assistir populações afetadas. Tal tendência de alta ao longo do período acima analisada, a qual consubstancia prova cabal do aumento da violência generalizada no Mali, pode ser observada no gráfico abaixo reproduzido.

GRÁFICO 02

Organized Political Violence in Mali (1 JAN 2017 - 12 DEC 2020)



Fonte: <https://acleddata.com/2020/12/17/mali-any-end-to-the-storm/>

Por fim, tendo em vista a violência generalizada perpetrada contra grupos sociais específicos, cumpre salientar os altos índices de violência contra mulheres malinesas. De acordo com a pesquisa demográfica e de saúde de 2018, publicada em 2019, pelo *Instat* [lxxvi], 45% das mulheres de 15 a 49 anos entrevistadas sofreram atos de violência física ou sexual e metade das mulheres de 15 a 49 anos casadas ou em união estável relataram que, em algum momento ao longo do relacionamento, sofreram violência emocional, física e/ou sexual. Destes casos de violência, mais da metade das vítimas nunca contou a ninguém ou procurou ajuda por medo de represálias ou estigmatização, ou por falta de acesso e disponibilidade de serviços, incluindo os custos de processos judiciais. Além disso, de acordo com o Sistema de Gestão de Informações sobre Violência com Base no Gênero (GBVIMS), foram registrados 1.199 casos de violência baseada em gênero, apenas no primeiro trimestre de 2020, a maioria dos quais são casos de violência física e sexual [lxxvii]. A jurisdição do Mali não prevê nenhuma lei específica contra a violência doméstica ou outras formas de violência contra as mulheres, muito embora no direito penal a violação e a agressão física são puníveis [lxxviii].

2. AGRESSÃO ESTRANGEIRA

Desde a década de 1960, as rebeliões tuaregues e a retirada gradual dos militares do norte do Mali fomentaram a insegurança a nível nacional e regional. As referidas lutas separatistas criaram a dinâmica da "economia política da violência" [lxxix] nas áreas da fronteira norte, estabelecendo relações econômicas baseadas no tráfico de armas, de pessoas e de drogas, situação esta que alimentou redes criminosas e de terroristas, além de oportunidades para o estabelecimento de redes de corrupção dos atores políticos. Tendo em vista tal conjuntura, vizinhos regionais têm desempenhado um papel protagonista na implementação desse pernicioso paradigma. Embora se esperasse que os parceiros regionais tentassem acalmar a situação, as evidências mostram que alguns deles se aproveitaram da insegurança no norte do Mali para defender seus próprios interesses geopolíticos [lxxx].

Nesse sentido, ao longo das últimas décadas, o norte do Mali tornou-se uma área de interesse estratégico, econômico e de segurança para várias potências regionais, especialmente Líbia e Argélia e, em menor medida, Marrocos. Embora a influência do Marrocos no norte do Mali não deva ser minimizada, os dois países anteriormente citados têm sido os atores mais ativos na região nos últimos 30 anos.

A Líbia paulatinamente aumentou seu apoio às insurgências na região, a fim de estender seu controle político (e ideológico) sobre as comunidades tuaregues. O coronel Kadafi esteve abertamente envolvido nas disputas no norte do Mali, como parte de sua ambição de controlar o Sahel. Para tanto, Kadafi criou a "Liga das Tribos do Grande Saara", que atraiu o apoio de comunidades tuaregues ávidas por se emancipar do controle do estado do Mali. Ao longo dos anos, Kadafi usou os expressivos recursos advindos do comércio do petróleo líbio para apoiar financeira, militar e politicamente as rebeliões tuaregues, utilizando-os contra seus vizinhos [lxxxi].

O apoio que Kadafi proporcionou aos tuaregues do Mali (e as oportunidades econômicas que a Líbia conferiu àqueles cidadãos do Mali que saíram do país em busca de melhores condições econômicas nas décadas de 1970 e 1980) permitiu que ele os recrutasse para sua Legião Islâmica. Esta "política de integração" foi benéfica para ambas as partes envolvidas. Por um lado, a aproximação permitiu a Kadafi construir alianças duradouras com as populações locais no norte do Mali, ao mesmo tempo em que aumentava seu poder militar. Os tuaregues recrutados para as "unidades especiais" do exército líbio foram usados por Kadafi para seus projetos militares (a guerra no Chade e no Líbano durante a década de 1980, por exemplo). Por outro lado, os soldados tuaregues esperavam que o líder líbio os apoiasse financeira e logisticamente assim que estivessem de novo em casa, fazendo planos para se

rebelar contra o governo do Mali. No entanto, isso nunca se materializou e os vários levantes tuaregues no Mali foram lançados com equipamento militar pacientemente recolhido pelos rebeldes, em vez de fornecidos diretamente por Kadafi. A queda de seu regime, em 2011, desempenhou um papel decisivo na revolta no norte do Mali, uma vez que os mercenários tuaregues não tiveram alternativas a não ser retornar ao Mali para, finalmente, fazer avançar sua luta separatista[[lxxxii](#)].

Por sua vez, para o governo do Mali, inicialmente, os investimentos de Kadafi no norte do país apresentavam-se como uma boa alternativa à falta de recursos disponibilizados para a referida região. Tal postura, de alguma forma, expressava certo consentimento com o compartilhamento de soberania na região[[lxxxiii](#)]. Kadafi pagou pela construção de mesquitas, montou a rede nacional de televisão do Mali na década de 1980 e financiou a construção de edifícios governamentais do Mali. Esses investimentos ganharam o apoio de lideranças políticas malinesas e de alguns setores da população[[lxxxiv](#)].

Quando o regime de Kadafi colapsou em 2011, subsidiariamente a região norte do Mali foi privada de um de seus principais benfeitores econômicos. A queda de Kadafi, também, fez retornar ao país os soldados tuaregues, que voltaram ao Mali bem equipados e bem treinados a partir da experiência acumulada nas fileiras da Legião Islâmica de Kadafi. As armas e a expertise adquiridas pelos combatentes tuaregues foram fundamentais para o levante por eles perpetrado em 2012[[lxxxv](#)]. Assim, muito embora não tenha havido uma agressão militar direta por parte do regime Líbio contra o Mali, as evidências dão conta que o apoio logístico e o treinamento proporcionado pelo regime de Kadafi aos rebeldes tuaregues foram fundamentais para que aqueles tivessem as condições necessárias para fazer avançar seu projeto separatista, fato este que, conforme demonstrado ao longo desta Nota Técnica, representou o epicentro das instabilidades que assolam o país do Sahel desde então.

Por sua vez, a Argélia utilizou o norte do Mali para despachar as ameaças à sua segurança interna e para proteger militarmente seu próprio território. Essas duas estratégias tiveram efeitos profundos no já frágil equilíbrio sócio-político da região. Apesar de ser considerada uma referência do anticolonialismo devido à sua doutrina constitucional de não ingerência, a Argélia nunca se absteve de se envolver nos assuntos do Mali. As rebeliões contínuas no norte do país ofereceram a Argel uma oportunidade de se estabelecer como um ator regional de peso, como demonstrado nas mediações conduzidas pelos argelinos entre Bamako e os rebeldes Tuaregues (vide o acordo de Tamanrasset[[lxxxvi](#)] de 1991 e os acordos de Argel de 2015[[lxxxvii](#)]).

O papel diplomático que Argel deseja desempenhar para afirmar a sua liderança regional também encorajou uma forte mobilização na luta global contra o terrorismo. Desde os eventos que desencadearam sua própria guerra civil na década de 1990, a Argélia se envolveu em uma combativa empreitada contra-terrorista direcionada aos grupos que atuavam em seu território[[lxxxviii](#)]. As ações extremistas levaram ao governo argelino a intensificar seus esforços e lançar um programa de repressão. Essa política, no geral, provou-se bem-sucedida, pois reduziu o nível de violência na Argélia. Por outro lado, um “efeito colateral” deste sucesso fez-se sentir no deslocamento dos grupos terroristas argelinos para áreas desertas periféricas, em especial o norte do Mali. A partir daí, as referidas organizações passaram a atuar na região do Sahel, obtendo recursos a partir do sequestro de reféns (principalmente ocidentais) e do tráfico de pessoas, de armas e de drogas. A expansão das atividades de grupos extremistas originários da Argélia para os países subsaarianos (Mali, Níger, Mauritânia) gerou profundos efeitos desestabilizadores para as referidas nações que, ademais, contam com orçamento e com capacidade de enfrentamento aos grupos terroristas significativamente menores do que a que possui a Argélia[[lxxxix](#)].

Assim, em que pese o fato de não haver agressão estrangeira por parte da Argélia em relação ao Mali, há um entendimento de que os argelinos não estão dispostos a usar sua superioridade militar para capturar células terroristas que cruzam suas fronteiras em direção ao Mali, apesar do *droit de suite* conferido pelas autoridades malinesas[[xc](#)]. Alguns observadores internacionais chegaram a acusar servidores argelinos vinculados ao Departamento de Inteligência e Segurança (DRS) de alavancar o controle sobre as operações militares e a influência dentro das comunidades tuaregues para lucrar com as lucrativas operações de contrabando do Sahel. Outros argumentaram, ainda, que a Argélia procurou dominar partes do Sahel que poderiam conter reservas de gás ou minerais[[xci](#)].

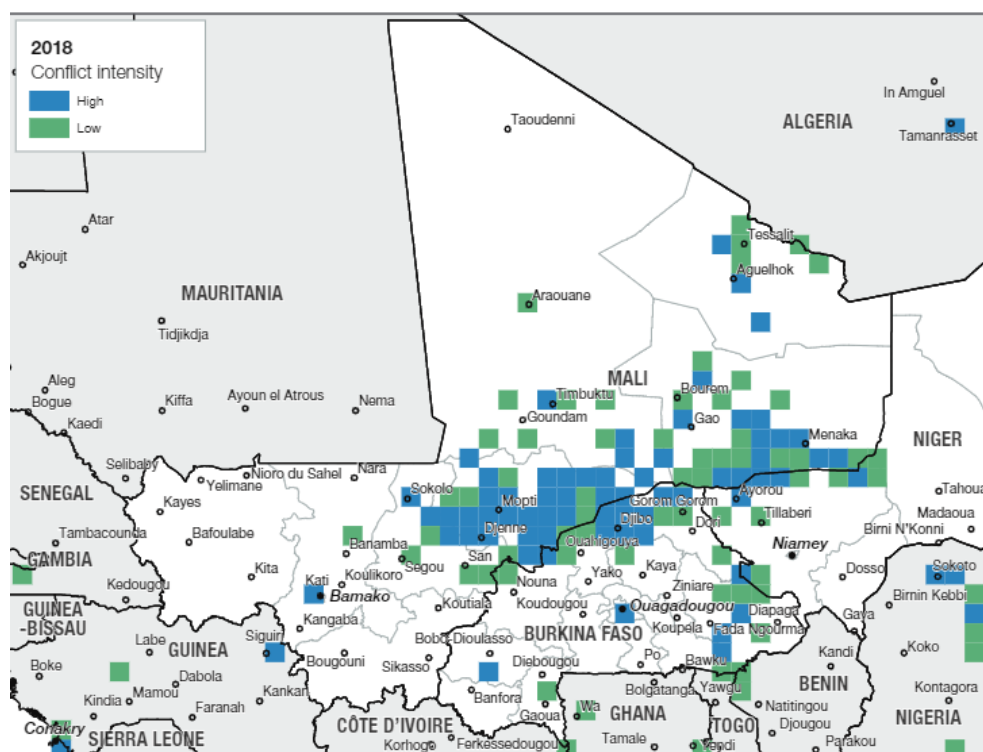
3. CONFLITOS INTERNOS

Conforme apontado nas seções anteriores desta Nota Técnica, os eventos de 2012 representaram a materialização mais recente das tensões de longa data que opõem as regiões do sul e do norte do Mali. Com a independência e o fim do domínio colonial francês, em setembro de 1960, estabeleceu-se a necessidade das elites políticas malinesas afirmarem a sua autoridade sobre todo o território. No entanto, a abordagem adotada à época não apenas exacerbou as tensões entre o governo sediado no sul (Bamako) e os nortistas, mas também levou à gradual marginalização política e econômica daqueles últimos. Esta cisão do estado central e uma região antes vista como próspera e valiosa acabou por transformar o norte do Mali em um risco e uma ameaça à segurança para toda a região.

Nesse contexto, os vários levantes tuaregues ocorridos ao longo das décadas subsequentes revelaram uma tensão intransponível entre as duas regiões do Mali. Tal cenário foi agravada ainda mais quando, a partir de meados nos anos 2000, os ataques de grupos jihadistas armados contra civis passaram a se avolumar. Tal dinâmica conflitiva iniciou-se no norte, alastrou-se para o centro e, recentemente, atingiu também a região sul do país.

MAPA 05

INTENSIDADE DOS CONFLITOS NO SAHEL



Source: Authors based on ACLED data 2019.

Fonte: https://read.oecd-ilibrary.org/development/the-geography-of-conflict-in-north-and-west-africa_02181039-en#page97

Para além das organizações jihadistas, os chamados “grupos étnicos de autodefesa [xcii]”, formados para proteger suas aldeias de ataques de grupos rivais, foram responsáveis diretos por milhares de mortes, bem como pelo deslocamento forçado de centenas de milhares de pessoas. Por sua vez, as forças de segurança do Mali também fizeram uso da violência - muitas vezes de maneira excessiva – para controlar os levantes, objetivo este que, até o momento, não foi atingido. Assim, o processo de paz previsto para encerrar a crise iniciada em 2012 no norte do país caminhou pouco, não logrando avanços significativos em pontos cruciais tais como o desarmamento da população civil e a restauração da autoridade do Estado. Como consequência, mais de 40 mil civis foram levados a fugirem de suas casas por conta da violência, apenas no ano de 2020 [xciii]. Ademais, ataques de grupos armados contra agências humanitárias minaram a capacidade dos referidos grupos entregar ajuda humanitária às comunidades atingidas pelos conflitos [xciv]. As Nações Unidas relataram que, ao longo do referido ano, pelo menos 185 crianças foram mortas devido à violência comunitária, fogo cruzado ou dispositivos explosivos improvisados (DIEs). Há, no mesmo sentido, informações credíveis de que grupos armados continuaram a forçar que crianças tornem-se soldados, sendo aqueles também os responsáveis por pelo menos 55 ataques a escolas em 2019 [xcv].

O cenário atual da sociedade malinesa aponta para divisões étnicas profundas, levando a uma competição generalizada pelo poder e pelo acesso e controle dos recursos naturais. A disputa pelo controle da terra, das pastagens e da água historicamente gera conflitos, em especial durante os períodos de seca, quando a necessidade pelo acesso e controle das terras férteis e dos mananciais de água é ainda mais alta. Por sua vez, a má gestão destes conflitos pelo estado deixou Mali com numerosos conflitos intercomunitários que, de acordo com as análises consultadas, apresentam considerável risco de escalada nos níveis de violência [xcvi].

Existem muitos grupos étnicos no Mali, e cada um deles é subdividido e estratificado social ou regionalmente em clãs ou frações (Ver Tabela 1). Nenhuma estrutura formal de autoridade liga esses clãs sob uma regra nacionalmente legitimada, os fazendo quase autônomos. Tal realidade contribui para a intensa rivalidade existente entre etnias, cada qual agindo em seu próprio interesse e competindo uma com as outras por poder e influência, resultando em regiões profundamente divididas [xcvii]. O conflito pelo poder está amplamente enraizado na tensão entre um sistema tradicional de liderança que tem como base a estratificação social e no sistema moderno de liderança que se apoia na representação a partir da democracia. Tradicionalmente, as comunidades étnicas malinesas são organizadas hierarquicamente da seguinte maneira: (1) no topo da hierarquia estão as linhagens de guerreiros e clérigos religiosos que são considerados nobres, (2) no meio da hierarquia estão as linhagens de dependentes ou tributários que são não-nobres, mas são livres, e (3) na base da hierarquia estão as pessoas que servem às linhagens anteriores, muitas vezes em situações análogas à escravidão. A transição da organização social e política tradicional à moderna gera tensão entre as linhagens nobres que se beneficiaram do sistema tradicional e o estrato inferior que luta para acabar com a dominação [xcviii].

Como é comum em todo o Sahel, existem importantes conflitos entre as comunidades pela gestão e controle dos recursos naturais. No caso do Mali, há o longo conflito entre Daousahq (um clã Tuaregue) e Tolebe (um Clã Peul) sobre os recursos pastorais na região de Ménaka [xcix], no leste do país, ao longo da fronteira com o Níger e outro conflito entre os seminômades Peul e os sedentários Bambara e Dogon no centro de Mali [c]. Importante enfatizar que, conforme apontado nas seções anteriores, as reverberações de tais conflitos estão se espalhando para o sul do país, fazendo com que a violência generalizada avance por todo o território malinês [ci].

No passado, as forças policiais malinesas usaram duas táticas principais para resolver os conflitos no norte e no centro do país. Primeiro, o Estado fez uso da repressão para enfrentar as rebeliões. Durante a primeira rebelião impulsionada por tuaregues (1963-64), por exemplo, o exército do Mali atacou populações civis, incluindo mulheres e líderes religiosos; poços de água foram envenenados, bem como se matou grande quantidade de gado na tentativa de reprimir a rebelião. Considerando que o exército foi capaz de deter a rebelião em 1964, a repressão deixou forte ressentimento entre as comunidades tuaregues da região. Hodiernamente, rebeldes tuaregues retomam a memória das atrocidades passadas para mobilizar apoio para as revoltas subsequentes[cii].

Por outro lado, o governo do Mali também buscou realizar mediações para pacificar seus conflitos internos. No entanto, tais negociações de paz não tem sido bem-sucedidas, com os perpetradores de violência raramente sendo responsabilizados por seus atos. Como resultado, os acordos de paz perpetuaram o problema da impunidade, deixando profundas queixas entre as comunidades[ciii]. Por causa da falta de justiça estatal, vítimas de atrocidades procuram oportunidades para se vingar de seus agressores. Quando essas oportunidades são materializadas, eles criam mais vítimas, contribuindo assim para a instalação de uma espiral de violência generalizada. A Comissão de Verdade, Justiça e Reconciliação (TJRC), “encarregada de investigar todas as graves violações dos direitos humanos cometidas no Mali entre 1960 e 2013”, é um esforço incipiente para lidar com a impunidade, mas seu efeito ainda não foi eficiente em reparar os danos do passado[civ].

No que concerne à regionalização dos conflitos internos, é importante salientar os limites da administração territorial do Mali, os quais podem ser divididos de acordo com três partes do país: o Norte (regiões de Tombouctou, Kidal, Gao, Taoudénit e Ménaka), o Centro (regiões de Mopti e Ségou) e Sul (Sikasso, Koulikoro e Kayes, bem como a capital, Bamako).

As instâncias administrativas do Mali, situadas em Bamako, no sul, não dispõem das condições adequadas para defender o Estado de direito na região norte do país[cv]. Além da presença de grupos armados, o desafio para o governo do Mali é triplo: geográfico, sócio-político e infraestrutural. O deserto do Saara cobre grande parte do norte do território, criando um clima árido e inóspito. Especificamente, Kidal é coberta por terreno montanhoso, proporcionando oportunidades para grupos insurgentes usarem as montanhas Adrar des Ifoghas, na fronteira com a Argélia, para se esconder e lançar ataques contra o estado. Além disso, a vastidão do norte do Mali por si só cria um problema de governança.

Por sua vez, no sul e no centro do país, as autoridades têm limitadas habilidades para fazer cumprir as leis para além dos grandes centros populacionais. Mesmo em Bamako, a autoridade do estado é limitada. Os cidadãos costumam confiar em fontes alternativas de autoridade para manter a ordem. Estas incluem líderes tradicionais, líderes religiosos e líderes comunitários. Na verdade, muitos dos riscos em curso na região sul do país são resultados da extensão excessiva e do abuso da autoridade do Estado[cvi].

Os relatórios mais recentes sobre a situação nas regiões do Mali informam que os grupos terroristas afiliados à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico continuaram a atacar forças de segurança e civis, preponderantemente no norte e centro do país, muito embora confrontos envolvendo esses grupos tenham sido noticiados em todas as regiões do território malinês. Apenas ao longo do segundo trimestre de 2020, um total de 169 civis foram mortos e 79 ficaram feridos em 190 incidentes relacionados à ação de grupos terroristas. A região de Mopti foi palco de 51% dos incidentes relatados[cvii].

Já no norte do país, grupos terroristas continuaram a representar a mais significativa ameaça à segurança. Combatentes de Jama'a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin e do Estado Islâmico no Grande Saara mantiveram suas posições em cidades e vilas nas Províncias de Gao, Timbuktu e Ménaka. Por sua vez, no centro do Mali, confrontos entre milícias filiadas aos Dogon e Fulani continuaram a assolar as comunidades, as quais também foram alvo de ataques de grupos terroristas. À medida que o governo e os atores internacionais procuraram restaurar a paz no norte, os conflitos que assolam a região central do país evoluíram ainda mais, com a violência aumentando constantemente. Esses ataques quintuplicaram entre 2016 e 2020, com 4.000 pessoas mortas em Mali, Níger e Burkina Faso, contra cerca de 770 em 2016, de acordo com a ONU. Centenas de milhares de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas e milhares de escolas foram fechadas[cviii].

Especificidades dos conflitos na região norte do Mali

O norte do Mali tem uma densidade populacional muito baixa, com apenas 1,7 milhão de habitantes, e as comunidades que lá vivem (majoritariamente das etnias Tuareg, Árabe, Songhay e Fulani/Peul) estão profundamente divididos em clãs familiares. Tuaregues e árabes representam mais de 60% da população. As referidas divisões internas têm afetado profundamente a unidade dos movimentos rebeldes e tornam ainda mais difícil a realização prática dos acordos de paz para pôr fim às crises. Enquanto os tuaregues são numericamente predominantes nas três regiões do norte (Timbuktu, Gao e Kidal), as divisões internas à etnia, no entanto, os impedem de se tornarem os líderes indiscutíveis no norte[cix].

Cada clã Tuaregue é dividido em vários grupos e subclãs, às vezes com diferentes agendas políticas. Na cidade de Kidal vivem aproximadamente 60 subgrupos tuaregues, organizados principalmente entre os “nobres” Ifoghas (quatro subgrupos principais), uma vasta quantidade de “clãs médios” e, também, os “vassalos” (Imghad), uma classe baixa sedentária cujos membros são regularmente usados como escravos informais[cx]. Após a independência em 1960, os Ifoghas foram divididos em clãs pró e anti-Bamako, divisão esta que os separa até os dias de hoje. Ao criar o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA) em 2011, Ibrahim ag Bahanga teve como objetivo unir todas as comunidades Tuareg dentro de uma organização única, a fim de evitar que os erros causados pelas divisões do passado continuassem a prejudicar a construção da hegemonia por parte do referido grupo étnico. Ele teve sucesso até que Iyad ag Ghali criou sua própria organização, Ansar Dine, em 2012,

colocando a perder os planos de unidade vislumbrados por ag Bahanga[cxi].

Embora numericamente inferiores no norte do Mali, as comunidades árabes são muito menos divididas do que as Tuaregues. Composta por apenas três grupos principais, a comunidade árabe foi profundamente marginalizada pelo poder central do Mali. Vivendo principalmente nas regiões de Gao e Timbuktu, os árabes estão divididos entre clãs nobres (Kounta), grupos emancipados (árabes Tilemsi) e os Berabiche (a maioria deles em Timbuktu). Árabes Tilemsi são considerados muito influentes no tráfico regional (especialmente a tribo Lamhar), em especial após sua aliança com o MUJAO. A influência deles na região de Gao é um fator que explica o controle MUJAO desta cidade a partir de 2012[cxii].

A desunião entre as populações do norte é aprofundada pela postura política das comunidades Fulani (14% da população do norte) e pelo latente ressentimento dos Songhay (7% do contingente populacional da região) contra os tuaregues e os Árabes. No entanto, ao contrário das comunidades tuaregues, esses grupos são muito menos divididos e bem mais integrados com o estado central. As duas comunidades desempenharam um papel político importante na História do Mali, pois não concordam com as queixas e com o desejo separatista propalado pelos Tuaregues. Tal posicionamento é mobilizado por Bamako que, com frequência, o utiliza politicamente contra as posições adotadas pelos tuaregues[cxiii].

Em contrapartida, os Songhay e os Fulani tornaram-se críticos dos contínuos levantes tuaregues, pois estes tentaram se estabelecer como a "voz do norte", articulando as queixas das comunidades. Tendo em vista a falta de apoio à causa separatista exarada pelas populações sedentárias e semi-nômades Songhay e Fulani, estas passaram a ser alvo de ataques perpetrados pelos rebeldes Tuaregues. Em resposta, ainda na década de 1990, durante a segunda rebelião tuaregue, uma milícia de autodefesa Songhay, a "Ganda Koy" (mestres da terra), foi criada para proteger as populações sedentárias contra populações nômades de pele mais clara (principalmente tuaregues e árabes, comumente chamados de "os brancos"). O Ganda Koy conduziu ataques contra as populações tuaregues e árabes, conferindo um componente racial à crise do Mali na década de 1990[cxiv].

Paralelamente à Ganda Koy, foi criada outra milícia de autodefesa: a Ganda Iso. Esse grupo foi estabelecido em 2009 por Seydou Cissé, uma das principais figuras de Ganda Koy. Cissé liderou o braço político do grupo e um Fulani, o sargento Amadou Diallo, foi nomeado chefe do ramo militar. Durante a crise de 2012, Ganda Koy e Ganda Iso escolheram colaborar com o Mali contra o exército dos tuaregues, especialmente na região de Gao. As duas milícias fundiram-se durante o conflito, a fim de promover seus interesses durante as negociações de paz. Desde junho de 2014, ambas fazem parte da 'Plataforma' (ao lado de um ramo do Movimento Árabe do Azawad - MAA, e a Coordenação para o Povo de Azawad - CPA). Esses grupos se opõem à 'Coordenação' que reúne tuaregues e lutadores árabes do MNLA, o HCUA, um grupo liderado por Mohamed ag Intallah, composto por ex-membros do Ansar Dine e o MAA[cxv].

Apesar das percepções comuns em contrário, as regiões do norte costumavam representar um componente importante da riqueza do Mali e desempenharam um papel importante na influência regional do país. No entanto, a partir do momento em que Bamako consolidou seu domínio político e econômico no país, consolidou-se uma já longa cisão entre o norte e o sul. Dificuldades no desenvolvimento endógeno (que incluem obstáculos técnicos e de segurança à exploração dos recursos naturais), a interferência de países estrangeiros e a fraqueza geral do estado do Mali acabaram por favorecer os interesses econômicos do sul. O resultado final foi que o norte se tornou uma zona econômica atormentada pela insegurança e sem qualquer tipo de infraestrutura que pudesse permitir o desenvolvimento de uma economia funcional[cxvi]. Enquanto as regiões do norte são amplamente dependentes da pecuária e da agricultura e do turismo, o sul depende principalmente das minas de ouro e da exploração do algodão para alimentar sua atividade econômica. Esta distribuição geográfica dos setores econômicos faz com que o norte seja mais vulnerável a choques exógenos. Por exemplo, secas nas décadas de 1970 e 1980 ou as crises alimentares em 2005, 2010 e 2012 afetaram fortemente as populações do norte, que são dependentes da compra de cereais e da autoprodução para a realização de sua subsistência[cxvii].

Desigualdades econômicas e de representação política alimentaram o ressentimento histórico contra o estado, especialmente entre as comunidades do norte do Mali, por décadas. A marginalização das populações do norte explica em parte os permanentes desentendimentos da região com Bamako, situação esta que desempenhou um papel importante nas rebeliões que ocorreram desde independência, em 1960. Do lado tuaregue, o estabelecimento de Bamako como capital de um estado ao qual nunca quiseram fazer parte, não correspondeu às necessidades e às expectativas locais. Do lado de Bamako, o deserto que caracteriza a região a faz ser vista como área proibida e altamente perigosa. Os militares do sul não são treinados e bem equipados para lutar contra os rebeldes, que, por sua vez, são bem organizados, controlando perfeitamente o ambiente em que as batalhas ocorrem. Tendo em vista tal cenário, as autoridades do Mali preferem usar a opção do combate militar para lidar com as crises do norte, adotando leis marciais, indicando governadores militares e construindo novos quartéis e guarnições, constituindo um componente permanente e simbólico de conflito inter-regional. Ao deixar de lado deliberadamente as dimensões econômicas e políticas do descontentamento dos habitantes do norte, Bamako indiretamente proporcionou a alguns grupos e líderes que atuam na região as condições para mobilizar partes da população local contra o estado central. Assim, as três principais rebeliões separatistas que o Mali experimentou (em 1990, 2006 e 2012) foram todas baseadas em reivindicações políticas e econômicas das populações do norte do país[cxviii].

Entre 1960 e 2012, houve cinco diferentes (e até agora ineficazes) acordos de paz norte-sul[cxix]. Tensões históricas entre norte e sul sempre tiveram papel decisivo nos ciclos de rebelião, embora outros fatores também tenham alimentado o ressentimento e ajudado a perpetuar o conflito. Os acordos de paz e incentivos econômicos dados a alguns combatentes a fim de desarmá-los têm indiretamente incentivado, em um ambiente econômico em crise, a "economia de guerra" por parte dos rebeldes e o surgimento de empresários locais que lucram com a violência endêmica. A interferência estrangeira e

a posição central do norte do Mali na corrida regional pela liderança do Sahel também influenciam a perpetuação do conflito.

A implementação parcial das cláusulas contidas nos diferentes acordos de paz levou a uma retirada gradual do estado central das regiões do norte. A descentralização prometida pelos acordos, mesmo mal implementados, levaram à desmilitarização estatal do norte e criou o que poderia ser chamado de "vácuo de segurança" em torno das cidades de Gao, Timbuktu e Kidal. Tal realidade, combinada com a falta de desenvolvimento econômico e o ressentimento da população local contra o Estado, passou a apresentar aos grupos terroristas oportunidades de se fortalecer na região. O GSPC, mais tarde chamado de Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), foi o primeiro grupo extremista a entrar no norte do Mali, em 2003. Devido aos seus recursos financeiros, angariados por meio do sequestro de turistas ocidentais e seu envolvimento no tráfico, a organização conseguiu preencher a lacuna deixada pelo estado no norte. Comprando o apoio de redes criminosas locais e a boa vontade das comunidades do norte através da distribuição de dinheiro, de remédios, do pagamento de tratamento dos doentes e de chips de telefone celulares, 63 o GSPC atuou como provedor de seguridade social em regiões abandonadas pelo estado[cxxl].

Por sua vez, o MUJAO, que se tornou ativo no Mali após sua separação com a AQIM, em 2011, seguiu o mesmo tipo de padrão para recrutar seguidores. No geral, as decisões tomadas após as rebeliões tuaregues abriram caminho para que os grupos terroristas se estabelecessem como uma organização para-soberana ou como um "governo substituto", em uma região caracterizada pela ausência de um estado central forte. A falta de reação, e às vezes a cumplicidade de alguns líderes políticos do Mali, permitiu que esses grupos prosperassem e contribuíram marcadamente para a deterioração da situação de segurança no norte. A crescente insegurança no norte do Mali, especialmente após os primeiros episódios de sequestro de reféns em 2003 (quando 32 europeus foram capturados pelo "Grupo de Pregação e Combate – GSPC"), também serviu para isolar as regiões do norte agravando, assim, a crise econômica. A presença contínua no norte do GSPC, cujos membros se filiaram à Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM) em 2007, desencorajou todas as atividades turísticas na região. Nesse contexto, as fraquezas estruturais da economia do norte e sua vulnerabilidade a choques fizeram da região um epicentro do tráfico de drogas, de pessoas e de armas. A economia do crime que surgiu na década de 1980 atraiu muitos jovens à medida que se intensificou e diversificou. A passividade e às vezes conluio no nível mais alto do estado do Mali permitiu que essa economia ilícita prosperasse[cxxi].

Além da inegável falta de vontade política de ambos os lados, o fracasso do pacto nacional do Mali também está ligado a divisões internas dentro das comunidades do norte e às contínuas tentativas de Bamako e da comunidade internacional de abordar as questões do norte como um bloco homogêneo. O Norte do Mali está profundamente dividido em várias comunidades, grupos, clãs e lideranças políticas que obedecem a distintas clivagens políticas[cxxii]. Para alcançar a estabilidade de longo prazo, as autoridades do Mali teriam que lidar com interesses diferentes e às vezes demandas locais contraditórias. Os povos Tuareg, Árabe, Songhay e Fulani têm diferentes agendas políticas, sociais e reivindicações de segurança. Eles não compartilham a mesma cultura, línguas ou tradições; eles não reconhecem a região do Azawad como sua terra comum e a necessidade de independência como um fim em si mesmo. As referidas comunidades raramente lutaram pelo mesmo grupo armado nem foram patrocinadas pelo mesmo protagonista (Argélia e Líbia apoiaram árabes e tuaregues, enquanto Bamako apoiou os Songhay). Se essas diferenças e divisões são os maiores desafios para o estado malinês superar em seu tortuoso caminho para a paz, elas também são o resultado direto das políticas desenhadas por Bamako para essas comunidades (ou seja, milícias patrocinadas pelo governo no norte e as táticas de "dividir para governar" historicamente encampadas por Bamako na região[cxxiii]).

Especificidades dos conflitos na região central do Mali

A violência que se originou no Norte do Mali, em especial a partir de 2015 se espalhou para o centro do país. Trata-se de uma área caracterizada pela diversidade socioeconômica e de grupos étnicos, onde comunidades pastoris, comunidades agrícolas, pescadores, comerciantes coabitam. A percepção da ausência de atores legitimados para resolver disputas na região - ou seja, o estado e/ou as autoridades consuetudinárias - levou a um grave ciclo de violência que, conforme demonstram as notícias, atingiu níveis alarmantes no último biênio (2019-2020). Tal cenário está diretamente associado à disseminação e multiplicação de grupos armados que, por sua vez, são fomentados pela proliferação do tráfico que ocorre por toda a região[cxxiv].

Neste cenário, o conflito no centro de Mali tem raízes históricas, as quais giram em torno das rivalidades entre pastores nômades e populações sedentárias pelo controle dos recursos naturais disponíveis na região. A abundância de tais recursos naturais no Delta, em relação às áreas circundantes, atraiu diversas populações, incluindo Peul (pastores), Dogon (fazendeiros) e Bambara (fazendeiros[cxxv]). Ao longo de séculos, essas populações compartilham as mesmas fontes de terra, de água e de pastagens para realizar suas diversificadas atividades econômicas e de subsistência.

Contudo, o aumento da disputa pelas terras na região - intensificada por fatores como as mudanças climáticas, o rápido crescimento populacional e as mudanças na distribuição demográfica local - passou a tornar muito mais violentas as disputas, especialmente entre fazendeiros e pastores por dois motivos principais. Primeiro, tendo em vista o fato de que a disponibilidade de terra de pastagem diminuiu consideravelmente, os fazendeiros passaram a ocupar os corredores que os animais usam para alcançar pontos de água, levando seus animais pelas fazendas para ter acesso à água, causando significativos danos às colheitas[cxxvi]. Em segundo lugar, um sistema estabelecido pela *Diina*[cxxvii] no século XIX organiza a exploração de recursos naturais de modo que os agricultores utilizam a terra durante a estação chuvosa para, por sua vez, os pastores a acessarem durante a estação seca. Mas, por conta do prolongamento dos períodos de seca, os pastores têm sido impelidos a trazer seus

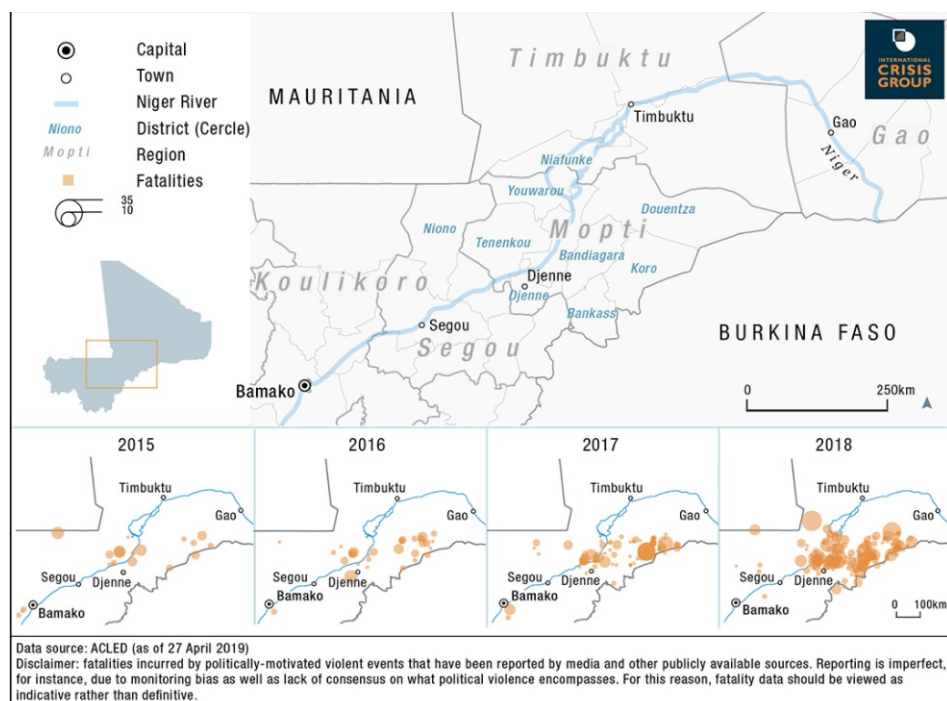
animais para as zonas húmidas cada vez mais cedo, antes mesmo de as colheitas ocorrerem. Nesse cenário, as disputas surgem porque os agricultores acusam os pastores de trazerem intencionalmente seus animais para as fazendas e, assim, destruir suas plantações; já os pastores se queixam de que a atividade agrícola invadiu as terras pastoris, deixando-os sem escolha a não ser levar seus animais pelas fazendas para passagem e/ou para pastar[cxxviii].

Assim, enquanto certo nível de tensão entre pastores e fazendeiros é endêmico, a proliferação de armas e a ascensão jihadista no centro de Mali transformou tal rivalidade em conflitos violentos e explicitamente enquadrado em torno da etnia dos dois grupos. Entre suas principais imposições às populações locais, os jihadistas estão cancelando as taxas de acesso às zonas de pastagem e abrindo à força corredores para a passagem de animais. Por óbvio, tais medidas são amplamente apoiadas por pastores (principalmente da etnia Peul), que as entendem como uma correção de anos de injustiça. Por outro lado, as populações agrícolas (Dogon e Bambara) se opõem visceralmente às medidas. O fato de que as referidas políticas impostas pelos jihadistas beneficiam desproporcionalmente a população Peul é interpretado pelas comunidades de agricultores como mais uma prova de que todos os Peuls estão se associando aos jihadistas. No mesmo sentido, as comunidades Dogon e Bambara se veem forçadas a se organizarem para tomar medidas de proteção, muitas vezes violentas, para proteger seus interesses

MAPA 06

AVANÇO DOS ATAQUES ENVOLVENDO GRUPOS JIHADISTAS NO CENTRO DO MALI

(2015-2018)



Data source: ACLED (as of 27 April 2019)

Disclaimer: fatalities incurred by politically-motivated violent events that have been reported by media and other publicly available sources. Reporting is imperfect, for instance, due to monitoring bias as well as lack of consensus on what political violence encompasses. For this reason, fatality data should be viewed as indicative rather than definitive.

Fonte: <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/276-speaking-bad-guys-toward-dialogue-central-malis-jihadists#map-10590-1>

Embora os líderes jihadistas afirmem se opor à violência comunitária, na realidade eles se veem cada vez mais forçados a se envolver nele. No início, os jihadistas rejeitaram abertamente o discurso étnico, enfatizando que sua principal ambição era a aplicação universal da lei Sharia. No entanto, eles não têm controle total sobre os militantes em suas fileiras, seja para proteger suas comunidades ou para atacar aldeias Dogon. Como resultado, a retórica dos líderes jihadistas evoluiu. Hoje, os grupos extremistas assumem uma perspectiva mais abertamente Fulani, defendendo essas comunidades contra ataques de pastores, acusados por jihadistas de se aliarem ao Estado do Mali[cxxix].

Várias áreas de conflito devem ser distinguidas dentro da região de Mopti. Grupos jihadistas estão firmemente estabelecidos nas partes inundadas do delta do rio Níger. Como o Estado não logra contestar o controle dos jihadistas sobre este território, a violência contra civis naquela zona específica não tem sido frequente. No entanto, a chamada “zona isenta” (*zone exondée*), e em particular os quatro distritos ao sul e ao leste da cidade de Mopti são muito mais disputados entre jihadistas e grupos de autodefesa. É exatamente nesta região onde se concentram grandes índices de violência contra civis. Trata-se de uma pequena área (cerca de 54.000 km², ou 4,35 por cento da superfície do Mali, e com uma população estimada em 1,6 milhões de habitantes em 2019). Quase 60% de todas as mortes relacionadas com o conflito no Mali em 2019 ocorreram na zona *exondée* e a violência está aumentando.

A violência perpetrada na região resultou em uma grande crise humanitária. Além do expressivo aumento nas mortes causadas pelos conflitos armados, a insegurança alimentar está crescendo a um ritmo preocupante na área exposta aos conflitos. A violência tem causado deslocamentos massivos, com aldeias inteiras arrasadas e populações forçadas a fugir. Em fevereiro de 2020, havia mais 56.000 pessoas deslocadas internamente na área, de uma população total estimada em 1.6 milhão de

pessoas[[cxxx](#)]. A *Human Rights Watch*, por sua vez, aponta que o número total de civis mortos em ataques islâmicos comunais e armados no centro de Mali em 2019 é muito maior do que os reportados oficialmente, dada a retaliação "olho por olho" em áreas frequentemente isoladas. Durante esses ataques, nos quais muitas vezes não sobrevivem testemunhas, pessoas foram massacradas enquanto cuidavam do gado, trabalhavam em suas plantações ou levavam mercadorias para o mercado. Quase todos os ataques a aldeias perpetrados ou por grupos de autodefesa Dogon ou Peuhl ou por jihadistas são seguidos pela queima e pela destruição de casas e celeiros, pilhagem de gado e de estoques de alimentos e objetos de valor. A violência de 2019 no centro de Mali forçou dezenas de milhares de moradores a fugir de suas casas e gerou fome generalizada[[cxxxi](#)].

MAPA 07
REGIONALIZAÇÃO DO CONFLITO NO CENTRO DO MALI
(2016-2020)



* Cercle = administrative district; Zone exondée = area located in the South and South East of the Mopti region, not submerged by the annual floods of the Niger river's inner delta.

Fonte: <https://media.africaportal.org/documents/293-reversing-central-mali-descent.pdf>

As análises sobre as razões para o conflito costumam apontar que não é a competição pelos recursos naturais em si, mas a falha de sistemas para resolver disputas de uma forma satisfatória que contribui de maneira decisiva para transformar as tensões em verdadeiros conflitos comunitários[[cxxxii](#)]. Existem dois mecanismos de resolução de litígios relacionados ao acesso aos recursos naturais no centro de Mali: um é o tradicional, com base nas normas consuetudinárias de reconciliação e implementado pelas autoridades tradicionais; o outro é moderno, baseado no direito positivo e implementado no sistema judicial formal. O primeiro é amplamente aceito como legítimo, embora não formalmente legal, e o segundo é legal, mas popularmente visto como menos legítimo. Essa dualidade do sistema de resolução de conflitos fornece brechas para que os considerados culpados em determinada disputa escapem da resolução final. Como resultado, inúmeras quimeras sobre recursos naturais permanecem sem solução, levando os litigantes a utilizarem mecanismos próprios para lidar com o que consideram injustiça, muitas vezes contando com o apoio de suas comunidades. Quando o apoio da comunidade envolve atos de violência, uma questão que, inicialmente, envolvia pequenas reclamações pode se transformar rapidamente em violência envolvendo comunidades inteiras[[cxxxiii](#)].

Diante da ascensão do poder dos grupos jihadistas, o Estado apoiado por seus parceiros internacionais, vem tentando recuperar o controle da região. Operações de grande magnitude foram lançadas, como, por exemplo, a Operação Seno, em outubro 2015. Sabe-se que tais operações militares são baseadas nas informações fornecidas pelas autoridades locais para a identificação de alvos terroristas, reforçando assim a possibilidade de algumas dessas autoridades influenciarem negativamente na resolução dos conflitos, pois há relatos de que estas atuam para eliminar ou enfraquecer os grupos que resistem à sua autoridade, denunciando-os como pertencentes a grupos terroristas. Nesse contexto, as questões de segurança nacional relacionadas à luta antiterrorista foram reinterpretadas e usadas em nível local para reforçar ou desafiar relações de poder dentro das comunidades em conflito[[cxxxiv](#)].

As atrocidades geraram forte pressão direcionada ao governo do Mali para levar os responsáveis pelos abusos à justiça. Porém, a resposta ao aumento da mobilização armada na região tem sido essencialmente focada na segurança. Diante da ascensão de grupos jihadistas, em especial o JNIN, o estado malinês passou a estabelecer forças de segurança suplementares em posições estratégicas. Contudo, a falta de eficiência no enfrentamento das complexas relações entre os grupos armados e os vários estratos da população - e tendo demonstrado, até o momento, pouca inclinação para adaptar a afirmação do poder do Estado às características regionais - as forças estatais acabam contribuindo para o aumento da instabilidade, ao invés de garantir a segurança da população local. Há relatos credíveis apontando para ações violentas perpetradas por agentes governamentais, bem como

diversas prisões realizadas de maneira arbitrária[[cxxxv](#)]. Estas operações e os atos de violência cometidos em tais ocasiões, apenas exacerbaram o sentimento de marginalização e opressão, em especial entre os Fulani[[cxxxvi](#)]. Tendo em vista este contexto, o Estado está lutando para convencer as pessoas de sua utilidade. Porém, seus representantes, em particular os uniformizados (policiais e membros do exército) são responsáveis por inúmeros abusos contra civis. Esses abusos levam ao descontentamento que está na raiz da má reputação do estado e até mesmo da sua rejeição por parte dos cidadãos[[cxxxvii](#)].

Embora o Ministério da Justiça tenha progredido nas investigações de alguns massacres e os tribunais do Mali terem julgado e condenado 45 pessoas por vários incidentes menores de violência comunal em 2019, os magistrados ainda não haviam logrado julgar os líderes de milícias implicados nas piores atrocidades. Por sua vez, as autoridades do governo atribuíram a responsabilidade ao referido lento progresso à situação de segurança desafiadora e aos recursos inadequados, enquanto os líderes comunitários disseram que o governo parecia favorecer os esforços de reconciliação de curto prazo em vez da dissuasão por meio de processos[[cxxxviii](#)].

Ao longo do ano de 2020, pelo menos 400 aldeões foram mortos em vários incidentes de violência comunitária no centro do Mali, principalmente na região de Mopti. A violência opôs grupos de autodefesa étnicos Dogon contra os de Peuhl, ou Fulani, que contaram com o apoio de grupos islâmicos armados. Os ataques tiveram como alvo a população civil localizada em aldeias, fazendas ou mercados[[cxxxix](#)]. A violência generalizada provocou o deslocamento generalizado na referida região[[cxli](#)].

4. VIOLAÇÃO MACIÇA DOS DIREITOS HUMANOS

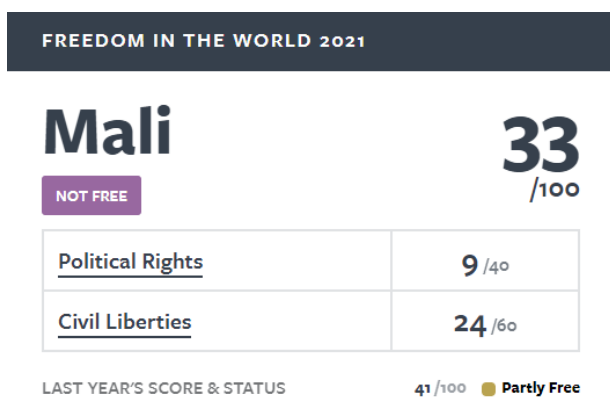
Consideram-se como violação maciça de direitos humanos as violações que, de forma grave e sistemática, afetem a fruição de direitos humanos pelos indivíduos em um determinado Estado, para todas as dimensões de direitos humanos, sejam direitos civis e políticos, sejam direitos econômicos sociais e culturais.

A Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas é composta pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e seus respectivos Pactos vinculantes, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Culturais e Sociais. São, portanto, indissociáveis, na medida em que tais direitos dependem uns dos outros para seu pleno exercício.

Para o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos[[cxlii](#)], há a afirmação do direito à autodeterminação dos povos e também a listagem dos direitos humanos denominados de primeira geração, como direito à vida, à proibição à tortura e escravidão, segurança individual e garantias judiciais referentes às liberdades individuais, como liberdade de movimento, pensamento, consciência, religião, opinião, associação e reunião, direito à participação política e ao voto, bem como o direito à não-discriminação, o direito a uma nacionalidade, à proteção da família e proteção contra discursos de ódio, sobretudo no que diz respeito a minorias étnicas e grupos vulneráveis.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Culturais e Sociais[[cxliii](#)], por sua vez, congrega os direitos humanos de segunda dimensão, normas de origem programática, cujo dever primordial de implementação e proteção parte do Estado. Trata-se de direitos relacionados à igualdade e à sobrevivência dos povos, envolvendo desde direitos trabalhistas, até o direito à alimentação, à moradia, à saúde e à educação.

Conforme esta seção da Nota Técnica irá apontar, a situação no Mali, conforme relatórios da Human Rights Watch[[cxliiii](#)], já era considerada precária e instável, sob o aspecto político e de necessidade de ajuda humanitária, antes mesmo do golpe de Estado de agosto de 2020. Com o advento do novo golpe, em maio de 2021, a situação se deteriorou ainda mais, restando clara a maciça violação aos Direitos Humanos naquele país.



Direitos políticos, civis e liberdades individuais

Com a escalada dos últimos eventos de violência generalizada ocorridos na região do Sahel, houve impacto significativo na capacidade dos cidadãos de exercer suas liberdades e direitos políticos, civis e suas liberdades individuais livremente, o que influenciou no aumento do fluxo migratório a nível interno e regional.

A Constituição do Mali, em seu artigo 4º, garante de forma expressa os direitos como a liberdade de

expressão, de opinião, de consciência e de pensamento[[cxliv](#)]. No entanto, notam-se restrições no que diz respeito a esses direitos, na medida em que a mídia independente tem sido restringida, inclusive com o endosso de mecanismos governamentais, como cartas ministeriais a autoridades regionais e locais, de forma a utilizar "todos os meios necessários" para o controle da imprensa, das mídias sociais, das rádios e de outras publicações - o que se agravou com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19[[cxlv](#)].

Tais restrições se somam ao contexto de instabilidade política e ocorrem, fundamentalmente, em razão desse cenário, considerando-se que o ano de 2020 foi marcado por inúmeros protestos contra o governo instituído, por parte de partidos de oposição e em meio às eleições para o parlamento[[cxlvi](#)].

No mesmo sentido, práticas como tortura e desaparecimento forçado de indivíduos também são presentes, no que diz respeito a violações de direitos civis e políticos, com pouca ou nenhuma investigação por parte do governo quanto a violações de direitos humanos contra civis[[cxlvii](#)]. Segundo relatório de especialista submetido ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, com dados fornecidos pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali, a MINUSMA, houve pelo menos 125 casos de execução arbitrária, sumária ou extrajudicial, 249 casos de prisão ou detenção arbitrária, 169 casos de abdução e 7 casos de desaparecimento forçado ou involuntário, cometidos por forças nacionais, internacionais ou grupos armados[[cxlviii](#)].

O mandato da MINUSMA passou por uma ampliação pelo Conselho de Segurança, através da Resolução 2531 (2020)[[cxlix](#)], em razão da situação de instabilidade reconhecida no Mali, sobretudo quanto a fatores que impactam toda a região, como ataques de grupos terroristas, no Norte e no Centro do país, violência intercomunitária no Centro, fluxo numeroso de deslocados internos e refugiados para os países vizinhos, pessoas com necessidade severa de assistência humanitária e o afastamento de crianças do ambiente escolar em razão da pandemia de COVID-19[[cl](#)], situações que aprofundam ainda mais a crise social e alimentar no país.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Segundo dados do Banco Mundial[[clj](#)], a República do Mali possui uma grande parcela de sua população vivendo em situação de extrema pobreza, somando 42.3% do número total de habitantes em 2019, com um aumento de 5% em apenas um ano na estatística, para os dados de 2020, em razão da crise política, sanitária, social e securitária que se instalou no país[[clij](#)]. A pobreza é concentrada em 90% nas regiões rurais do sul do país. Essa acentuação nos níveis de insegurança econômica da população se dá em razão da pandemia de COVID-19 e do golpe de Estado ocorrido recentemente, e o Produto Interno Bruto do País regrediu em 2% em 2020, para um território que já possuía antes uma economia de baixa renda, não diversificada e vulnerável às flutuações nos preços de commodities no mercado[[cliii](#)].

Direito à Alimentação

O Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (CESCR), em seu Comentário-Geral nº 12 define o direito à alimentação como sendo o direito através do qual todo ser humano tem acesso a alimentos ou meios de consegui-los, de modo a garantir sua sobrevivência, seguindo critérios de disponibilidade, acessibilidade, adequação e sustentabilidade, que levam a condições de segurança alimentar[[cliv](#)]. De acordo com CESCR[[clv](#)], a disponibilidade de alimentos significa que os haverá em quantidade e qualidade suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais mínimas da dieta dos indivíduos, com alimentos livres de contaminação por substâncias, e a acessibilidade aos alimentos significa que a nutrição seja sustentável, em termos de produção, e cujo acesso não implique em outras violações de direitos humanos - o que pode ser um obstáculo nas áreas agrícolas do Mali[[clvi](#)].

A sustentabilidade, ainda de acordo com o Comentário-Geral nº12 do CESCR inclui a noção de segurança alimentar e a capacidade de produção e circulação de alimentos para as gerações presentes e futuras, devendo, de acordo com o critério de adequação, os alimentos serem compatíveis com a dieta dos indivíduos e com as condições sociais, ecológicas, econômicas e culturais do local, em consonância ao artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, sobre o qual o comentário do Comitê versa[[clvii](#)].

Segundo o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP), 4.3 milhões de pessoas requisitaram assistência humanitária no Mali em 2020, sendo que 30.4% das crianças com menos de cinco anos encontravam-se em situação de subnutrição severa. Os efeitos da pobreza extrema e da fome afetam duas vezes mais lares chefiados por mulheres, um reflexo também das desigualdades de gênero[[clviii](#)].

Um dado importante revelado por um estudo de imagens de satélite conduzido pelo WFP relaciona parte da insegurança alimentar aos conflitos armados[[clix](#)], em um território que sofre também com mudanças climáticas substanciais, como notado também pelo Conselho de Segurança, sendo a insegurança alimentar um dos fatores de desestabilização do Mali[[clx](#)], que convive com instabilidade política, desastres ambientais e, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), também de graves violações de direitos humanos[[clxi](#)].

Nos últimos três anos de relatórios do WFP, desde 2018, os números de deslocados internos quadruplicou, e muito embora a maioria dos deslocados se valha da agricultura de subsistência para a própria alimentação, o estudo das imagens de satélite no ano de 2019 revelou uma diminuição das atividades agrícolas nas regiões afetadas pelos conflitos[[clxii](#)].

A Assistência Humanitária, segundo a FAO, é de complexo acesso, pois, em um contexto no qual o Estado já se encontra enfraquecido e pouco presente, os poucos serviços acessíveis, quando os há, são sobrecarregados pelas necessidades provocadas pela crise multidimensional no país, sobretudo em regiões onde há deslocados internos[[clxiii](#)]. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de

Assuntos Humanitários (OCHA) aponta os conflitos como um dos motivos para a interrupção dos circuitos de produção, circulação e fornecimento no país, o que se traduz em um adendo às já presentes dificuldades para o acesso à alimentação por populações vulneráveis[clxiv]. E as principais populações afetadas pela insegurança alimentar são crianças, mulheres e agricultores[clxv].

Ainda assim, para os agricultores, o impacto dos conflitos foi maior, e em estudo realizado pela FAO, entre todas as famílias entrevistadas, 74% do total foram impactados pelos conflitos, enquanto 72% dos agricultores, isoladamente, foram impactados - uma cifra considerável[clxvi].

Tal cenário, somado às situações relacionadas à insegurança civil, bem como o fenômeno de inundações e de infestações de pragas, fez com que cerca de 1,3 milhão de pessoas necessitassem de assistência alimentar externa durante o período de junho a agosto de 2020, cifra esta bem superior às 554.000 pessoas com insegurança alimentar que foram estimadas para o mesmo período em 2019. A deterioração da situação política do país baseou-se nos efeitos de eventos climáticos adversos (início tardio de chuvas, seca e inundações) em algumas áreas e na insegurança persistente no centro e norte do país[clxvii].

Direito à Saúde

O estado no Mali é severamente limitado em sua capacidade de fornecer serviços públicos. Muito disso decorre da falta de recursos dedicados aos governos locais. Na época do golpe de 2012 e no período subsequente de guerra civil, o governo central do Mali só logrou repassar aos governos locais recursos e condições suficientes para fornecer à população um sistema de educação, mas falhou em disponibilizar recursos para o acesso à água potável e a um sistema de saúde eficiente. Provavelmente, os investimentos em educação foram privilegiados, pois estes condicionam o recebimento de ajuda humanitária proporcionada pela comunidade internacional[clxviii].

Mesmo em regiões melhor estruturadas, os cidadãos sofrem com a falta de acesso a instalações de saúde. Em um estudo de campo conduzido em uma comuna rural no Sul, ficou comprovado que 53.000 malianos compartilhavam um único “Centro de saúde de referência” e apenas três centros de saúde comunitários[clxix]. A falta de infraestrutura é catalisada porque estradas de terra se tornam intransitáveis na estação das chuvas, impossibilitando o acesso aos serviços de saúde disponibilizados pelo Estado. Outro estudo de campo comprovou que 600 moradores em 10 vilas rurais do centro de Mali não tinham conexão com a rede elétrica, não tinha acesso à água encanada e aos centros de saúde. Apenas cinco das dez aldeias tinha uma escola a uma curta distância[clxx].

O Direito à Saúde é um conceito bem mais extensivo do que apenas a ausência de doenças ou enfermidades. Compreende, também, o bem-estar físico, mental e social aos quais todos ser humano deve ter acesso[clxxi]. O último relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a situação de saúde no Mali, especificamente, foi realizado em 2018[clxxii], em um contexto anterior ao da pandemia de Covid-19 e dos recentes golpes de Estado, de agosto de 2020 e de maio de 2021. Mesmo antes de tais relevantes instabilidades sócio-políticas, é importante notar que a expectativa de vida média para o país é de 58 anos, e as principais doenças com transmissibilidade são o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose[clxxiii].

Quanto à pandemia do coronavírus, iniciada em março de 2020, o primeiro caso foi identificado no país em 25 de março de 2020 e entre 1º e 21 de abril de 2020, os casos saltaram de 28 a 258. Até a última atualização da plataforma da John Hopkins University sobre o país, em abril de 2021, havia 14.328 casos confirmados e 521 mortes em todo o Mali[clxxiv]. Até julho de 2020, segundo a FAO[clxxv], as regiões mais afetadas pela COVID-19 no Mali foram Bamako (72% dos casos confirmados), Tombouctou (23% dos casos confirmados), Mopti (10% dos casos confirmados) e Koulikoro (7% dos casos confirmados), com média diária de 9 novos casos entre 17 de julho e 3 de outubro de 2020.

Para além das dificuldades causadas pela pandemia do novo Coronavírus, há inúmeros outros fatores de risco com os quais os malineses são confrontados cotidianamente. Segundo a supracitada pesquisa conduzida pela FAO, as famílias abordadas passaram por, ao menos, um impacto relacionado aos problemas de saúde durante os três meses anteriores à pesquisa (95% dos entrevistados), tendo 81% das famílias sofrido com impactos múltiplos[clxxvi].

A subnutrição de boa parte da população e o difícil acesso à alimentação, combinados aos inúmeros impactos experimentados pelos malineses no que diz respeito à saúde e à sobrevivência, em geral, levam a uma situação onde a taxa de desnutrição aguda grave é de 10%, muito superior aos 2% do limite emergencial estabelecido pela OMS[clxxvii].

Essa situação de insegurança nutricional favorece o aparecimento de doenças na região[clxxviii], em um contexto de saneamento básico precário, dieta inadequada, ausência de materiais de higiene (os WASH kits), água potável, abrigo e sanitários, segundo o OCHA, que também inclui como elemento de pressão ao sistema de saúde o fluxo de deslocados internos[clxxix].

Por sua vez, a Anistia Internacional aponta que, em junho de 2020, como notado por organizações humanitárias atuando no Mali, 23% dos centros de saúde do Mali não estavam operando ou estavam em operação parcial, devido ao impacto da pandemia de COVID-19 e também à crise econômica em curso e ao impacto dos conflitos armados na região, o que prejudicou de forma importante o acesso à saúde pelos deslocados internos[clxxx].

O índice de médicos por cem mil habitantes no Mali é de 0,13, um dos mais baixos do mundo[clxxxi]. As taxas de mortalidade infantil e materna do Mali permanecem entre as mais altas da África Subsaariana devido ao acesso limitado e à adoção do planejamento familiar, gravidez precoce, intervalos curtos entre partos, prevalência de mutilação genital feminina e falta de atendimento obstétrico e neonatal de emergência[clxxxii].

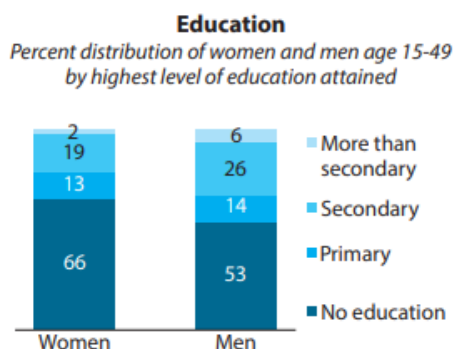
Direito à Educação

A Constituição malinesa garante o direito à educação universal e gratuita, sendo compulsória de 6 a 15 anos de idade, mas inúmeros são os problemas que dificultam o acesso ao ambiente educacional, em si. Questões como a distância até a escola mais próxima, ausência de transporte, de professores, de programas para fornecimento de merenda, de materiais didáticos e a greve de professores do ano de 2019 foram centrais ao distanciamento de crianças das escolas no Mali [clxxxiii].

Segundo dados da “Pesquisa Demográfica e de Saúde do Mali [clxxxiv]” (2018), dois terços das mulheres de 15 a 49 anos (66%) não têm educação formal, em comparação com 53% dos homens. Apenas 2% de mulheres e 6% dos homens têm mais do que o nível secundário de educação formal. Apenas 28% das mulheres e 47% de os homens são alfabetizados.

Desde 2018, em razão dos conflitos, o acesso à educação tem se deteriorado, tendo muitas escolas sido destruídas ou danificadas pelos conflitos, impedindo que professores e alunos frequentem a escola. Ainda, ao longo do referido ano, dos dois milhões de crianças cujo acesso à educação fora prejudicado, 220.500 foram afetadas de forma direta pelos conflitos, sendo 735 escolas fechadas pela mesma razão [clxxxv].

O problema da falta de acesso das crianças às escolas em razão dos conflitos armados é confirmado pela Anistia Internacional em relatório de 2020, especialmente na região central do Mali, o que foi tornado ainda mais complexo pela greve prolongada dos professores em 2019, por aumento de salários, e que durou 12 meses [clxxxvi].



Fonte: https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR261/SR261_E.pdf

Foram identificados 69 ataques a escolas e hospitais (sendo 55 escolas e 14 hospitais), 66 por violadores não-identificados, 2 pela milícia armada Dan Nan Ambassagou, e 1 pela Frente de Liberação do Macina. Tais ataques causam desde a destruição de ambientes escolares e hospitalares, até a ameaça de morte aos profissionais de saúde e educação [clxxxvii].

Há, também, um claro recorte de gênero quanto à questão da escolaridade na República do Mali com muito mais meninos frequentando as escolas do que meninas, por fatores como a preferência cultural em se educar meninos, em razão da pobreza, e também pelo fato de que muitas meninas são direcionadas ao casamento infantil [clxxxviii].

Direitos das crianças e dos jovens

O conflito no Sahel está tendo um efeito devastador sobre as crianças na região, e em particular entre aquelas mais vulneráveis enquanto populações forçadamente deslocadas. No final de 2020, a UNICEF estimou que mais de 2,3 milhões de crianças precisavam de proteção e assistência (um aumento de 80% em apenas um ano), entre os quais havia mais de 900.000 crianças refugiadas e/ou deslocadas internamente. Aproximadamente uma em cada três crianças em Mali enfrenta desnutrição crônica. Uma média anual de quase quatro milhões de pessoas em Mali não tem acesso a uma quantidade adequada de alimentos. Mais da metade das crianças e jovens adultos do Mali são analfabetos e foram expulsos da escola devido ao deslocamento. Muitas crianças em Mali correm grande risco de serem recrutadas em grupos militantes, ameaçando ainda mais sua segurança, recursos educacionais e capacidade de sair da pobreza [clxxxix].

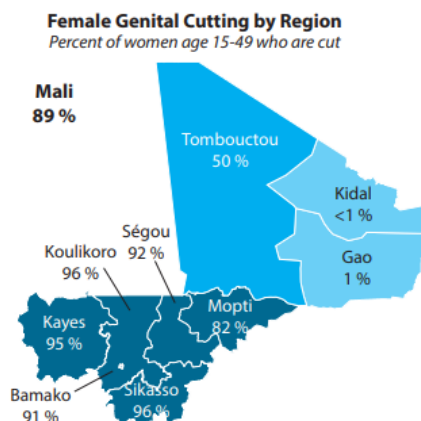
A violência nas regiões norte e central do Mali têm causado efeitos devastadores aos direitos humanos específicos das crianças e jovens que habitam o país. Segundo relatório de especialista submetido ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, divulgado em fevereiro de 2021, entre 2 de junho a 28 de dezembro de 2020, pelo menos 63 crianças foram mortas e 54 mutiladas e 171 foram recrutadas [cx].

A ampla maioria das violações e recrutamento de crianças (91%) se deu na região de Mopti, na região central. Estima-se que 296 crianças, sendo 179 meninos, 91 meninas e 26 cujo sexo não pôde ser definido, de idade mínima de 2 anos, foram mortas (185) ou mutiladas (111), a maioria na região de Mopti. As razões por trás da violência são os conflitos intercomunitários entre grupos armados da região, fogo cruzado e a utilização de dispositivos explosivos improvisados. Há relatos de violência sexual contra meninas nas regiões de Mopti, Gao, Tombouctou e Ménaka, com idades entre 15 e 17 anos [cxci].

Direito das Mulheres

O Comitê para a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW) aponta em relatório divulgado ao público em junho de 2020 (com dados finalizados

em dezembro de 2019), que o Mali tem cometido "graves e sistemáticas violações de direitos", no escopo da convenção, contra as mulheres malinesas, em razão da prática da Mutilação Genital Feminina (FGM), a despeito de o país ter assinado e ratificado o documento em 1985[[cxcii](#)]. A prática, de conotação discriminatória contra mulheres, é considerada violação grave e sistemática pelo Comitê CEDAW em razão de: (1) produzir danos substanciais às vítimas, podendo resultar na morte de mulheres e meninas, qualificando o ato como grave; (2) ser de natureza recorrente, habitual e não randômica, com um padrão persistente para a prática, em número significativo e contra mulheres.



Fonte: https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR261/SR261_E.pdf

No Mali, 89% das mulheres de 15 a 49 anos são circuncisadas, variando de menos de 2% nas regiões de Gao e Kidal para mais de 95% das mulheres em Koulikoro e Sikasso regiões. A grande maioria das mulheres sofreu mutilação genital antes dos 15 anos de idade: 76% foram circuncisadas antes da idade de cinco anos, 16% entre as idades de 5-9, e 4% entre as idades de 10–14. Em 92% das mulheres circuncisadas, a excisão foi realizada por um membro da sua comunidade, em cerimônias tradicionais. Quase três em cada quatro meninas de 0 a 14 anos (73%) são circuncisadas. Para a grande maioria das meninas mutiladas, a circuncisão foi realizada entre as idades de 0–5[[cxciii](#)].

Por sua vez, a prática do casamento infantil, que é definido pelo Unicef como sendo a união entre um adulto e uma criança com menos de 18 (para a conceituação internacional), possui altas taxas no Mali. Segundo o Unicef, em dados de 2020, cerca de 2.1 milhões de meninas com menos de 18 anos se casaram no país, o que representa 10% do total de casamentos infantis de toda a região do Sahel, sendo a idade média das noivas entre 17 e 18 anos[[cxciv](#)].

O estupro de mulheres e crianças também é prática generalizada no país, embora exista uma legislação criminal que garanta a pena de 5 a 20 anos aos perpetradores. A lei, no entanto, não é implementada de maneira satisfatória, não havendo investigação para a maioria das denúncias, sobretudo por muitos dos criminosos serem parentes próximos às vítimas e/ou pela repercussão social. A situação de punição branda quanto aos estupros permitiu que surgisse um meio no qual as famílias se sintam pressionadas a aceitar reparações pecuniárias, como forma de compensação[[cxcv](#)].

Relatório apresentado pelo Secretariado-Geral das Nações Unidas ao Conselho de Segurança cobrindo o período de junho a dezembro de 2020, sobre violência sexual relacionada a conflitos, relata que após as intercorrências políticas de 2020, o número de estupros ligados ao conflito aumentou consideravelmente no país, embora haja subnotificação pelo estigma da violência sexual para as vítimas. Há também relação entre a subnotificação e as restrições pandêmicas, como notado pelo Secretariado-Geral da ONU[[cxcvi](#)].

A violência intercomunitária que causa fluxos de deslocamento forçado no país também expõe mais mulheres e meninas ao tráfico de seres humanos, e a MINUSMA identificou casos de violência sexual contra 21 mulheres e oito meninas, ao longo do primeiro trimestre de 2020[[cxcvii](#)].

Com relação à violência marital, em dados gerais, para mulheres casadas ou separadas, estima-se que 49% já tenham sofrido violência física, sexual ou emocional. Até o ano de 2018, as variações estatísticas de violência marital flutuaram entre 16% na região de Kidal, o número mínimo, até o número máximo, 58% na região de Ségou, ambas ao norte do Mali[[cxcviii](#)].

No que diz respeito à violência doméstica, não há legislação que a proíba. Também por isso os índices de violência contra a mulher no país é expressivo, o que significa que 43% de toda a população feminina tenha sofrido algum tipo de violência física desde a idade de 15 anos (o correspondente a mais de duas em cinco mulheres, com idades entre 15 e 49 anos). Dados do *DHS Program* indicam, no ano de 2017, uma a cada cinco mulheres foi vítima de violência sexual, sendo as estatísticas prevalentes em Koulikoro, região próxima à capital, Bamako[[cxcix](#)]. Mais recentemente, houve um aumento de 11 pontos percentuais nas taxas de violência doméstica em razão da pandemia de COVID-19, de 43% para antes da pandemia para 54% durante a pandemia[[cc](#)].

Grupos étnicos minoritários e escravidão

A minoria negra da etnia Tuareg, chamada de "Bellah", sofre discriminação racial, incluindo a escravidão hereditária, já que a escravidão não foi abolida no Mali. Há relatos de senhores de escravos que sequestram as crianças de seus escravizados, para que sejam criados em outros lugares, sem o consentimento das famílias. O departamento de Estado dos EUA identificou mais de 2000 famílias deslocadas em razão da não submissão à escravidão, o que é um elemento de deslocamento forçado, sendo impedidas de realizar suas atividades de subsistência na região de Kayes (Niore du

Sahel, Diéma, Yélimané). Pessoas também foram amarradas, espancadas e afogadas ao não se submeter à escravidão hereditária em Diandioume, também na Província de Kayes[ccj].

A Comissão Nacional de Direitos Humanos, que é um órgão independente, embora receba suporte administrativo e financeiro do Ministério da Justiça do Mali, reportou assassinatos de ativistas anti-escravidão[ccij].

Comunidade LGBTQIA+

A despeito da garantia constitucional à liberdade de expressão, não foram identificadas organizações de proteção à comunidade LGBTQIA+ e demonstrações públicas de afeto não são permitidas por lei (a homoafetividade é permitida apenas em caráter privado, para adultos, que seja consensual e não comercial), muito embora os relatos de violações sejam comuns e muitos membros da comunidade sejam punidos por "conduta sexual inapropriada"[cciii].

Estupros corretivos, violência física e psicológica, sobretudo cometida por familiares, são as formas mais comuns de violência contra membros da comunidade LGBTQIA+, tendo a polícia frequentemente se recusado a intervir para fazer cessar a violência. Há relatos de evasão escolar e laboral, em razão do estigma, e também indivíduos que não buscam tratamento médico, com medo de revelar sua orientação sexual[cciv].

Deslocamento Forçado

Deslocamento forçado é o movimento migratório involuntário causado por circunstâncias de risco que fazem com que indivíduos deixem seus lugares de origem e não possam ou não queiram retornar a ele em razão desse risco. Dentro desse grupo, há os refugiados, que cruzam as fronteiras nacionais do país de origem, e os deslocados internos, que têm de migrar involuntariamente, mas permanecem dentro das próprias fronteiras[ccv].

Em janeiro de 2021, a Comissão Europeia, em sua Direção-Geral das Operações Europeias de Proteção Civil e de Ajuda Humanitária (DG ECHO), tornou públicos os números sobre deslocamento interno, em razão dos conflitos armados: 311.193 deslocados internamente apenas em 2020. No último trimestre de 2020, o epicentro da violência era a região de Mopti, no centro do Mali[ccvi].

Apenas nas duas primeiras semanas do ano de 2021, o Mecanismo de Resposta Rápida do DG ECHO relatou 16.962 pessoas em deslocamento forçado, com 6 alertas em Mopti, Tombouctou e Menaka, em razão da violência intercomunitária, dos confrontos entre grupos radicais e as operações das Forças Armadas do Mali[ccvii].

Em 29 de abril de 2020, o maior e mais importante assentamento de deslocados internos, nos arredores de Bamako, na região do mercado de gado (*Faladie Cattle Market*), com 1600 deslocados internos e 159 refugiados, foi absolutamente consumido por um incêndio, que destruiu os abrigos, os alimentos e o gado, sem que tenha sido feito um levantamento sobre quantas vítimas foram atingidas na ocasião. Os deslocados internos em Bamako estão em assentamentos informais, com difícil acesso aos serviços básicos e à assistência humanitária[ccviii].

Com relação ao grupo de indivíduos que o Alto Comissariado das Nações Unidas define como "pessoas de interesse", entre refugiados, repatriados, apátridas, deslocados internos e solicitantes de asilo[ccix] (e não apenas deslocados, como os dados do DG ECHO), houve um aumento de 48% nesse fluxo migratório de 2019 a 2020, um salto de 275.779 a 408.016 indivíduos. Para fevereiro de 2021, o total era de 1.217.388 pessoas de interesse do ACNUR, em dados do órgão e do governo do Mali [ccx].

Direito ao Devido Processo Legal

Os juízes do Supremo Tribunal são nomeados pelo Ministério da Justiça para mandatos de cinco anos. Por sua vez, os juízes do Tribunal Constitucional são selecionados pelo presidente (3), pela Assembleia Nacional (3) e pelo Conselho Supremo da Magistratura (3), sendo que seus membros servem mandatos únicos renováveis de sete anos[ccxi].

Os direitos ao devido processo são mantidos pelo sistema judicial malinês de maneira inconsistente. Os detidos nem sempre são acusados dentro do período de 48 horas estabelecido por lei, e prisões arbitrárias são comuns. Desde um ataque mortal a um hotel em 2015 em Bamako, um estado de emergência nacional permaneceu em vigor por vários anos e foi prorrogado pela última vez em outubro de 2019. A designação de emergência deu aos serviços de segurança maior autoridade para revistar casas sem mandado, deter suspeitos e restringir protestos. O governo militar suspendeu o estado de emergência após assumir o poder em agosto de 2020, embora um estado de emergência relacionado ao COVID-19 tenha sido declarado no final de dezembro[ccxii]. O número de escolas afetadas pelos conflitos armados em 2020 corresponde a 14% do total das escolas malinesas[ccxiii].

5. CIRCUNSTÂNCIAS QUE TENHAM PERTURBADO GRAVEMENTE A ORDEM PÚBLICA

Além dos graves fatos e situações acima elencadas, a conjuntura político-institucional malinesa geraram outras circunstância que perturbam gravemente a ordem pública naquele país. A primeira delas diz respeito às dificuldades estruturais que o aparelho de segurança pública enfrenta para estabilizar as relações entre os inúmeros atores beligerantes que atuam no país. Sobre o tema, é importante afirmar que as forças armadas do Mali têm cinco ramos: Exército, Força Aérea, Gendarmerie, Guarda Republicana, Guarda Nacional e Polícia Nacional, sendo o primeiro deles o que conta com maior número de membros. Os militares são conhecidos coletivamente como FAMA (*Forces de defense et de sécurité du Mali*), embora esta abreviatura seja usada coloquialmente para descrever o exército sozinho. Antes do golpe de agosto de 2020, os militares do Mali entrevistaram na arena

política pelo menos cinco vezes desde que o país conquistou a independência em 1960; duas tentativas fracassaram (1976 e 1978), enquanto três conseguiram derrubar o governo civil (1968, 1991 e 2012[ccxiv]).

Análises recentes dão conta de que as forças armadas da República do Mali estão com falta de pessoal, recursos insuficientes, sendo seus membros mal pagos e subtreinados, situações estas que dificultam a realização de seu mandato constitucional de fazer cumprir o estado de direito[ccxv]. Ademais, muitos soldados do exército desertaram para grupos armados que pagaram melhor, ajudando a alavancar a guerra civil deflagrada no início de 2012[ccxvii].

Governado a partir da capital Bamako, localizada na região sul do país, o estado do Mali tem se mostrado incapaz de estabelecer segurança efetiva em todo seu território. Com um contingente de cerca de 15.800 membros (sendo 8.000 militares e 7.800 paramilitares), as forças de segurança do Mali são subdimensionadas para proteger um território de 1.240.192 km² (o vigésimo terceiro país em extensão territorial do mundo). Para efeito de comparação, a França tem metade do tamanho geográfico do Mali, mas tem 19 vezes mais pessoal de segurança - um para cada 217 pessoas em comparação com Mali, que conta com um para cada 1.186 pessoas[ccxvii]. Mali é também o país menos policiado do mundo, com uma proporção de 38 policiais por 100 mil pessoas (número bastante inferior em comparação com o que é considerado a proporção internacionalmente aceita de 255 policiais para cada 100.000 pessoas[ccxviii]). Além de subdimensionadas, as forças de segurança do Mali historicamente foram mal equipadas, o que as leva, frequentemente, a compensarem suas deficiências de pessoal e equipamento usando força excessiva contra as populações civis[ccxix].

Análises disponibilizadas em relatórios de agências especializadas dão conta de que muitos membros das forças de segurança do Mali mostram relutância em fazer cumprir as leis do estado. Isso é particularmente grave em áreas do norte e do centro do país, onde as forças armadas não intervêm em determinados conflitos entre membros de diferentes grupos étnicos. Relatórios recentes de organizações humanitárias sugerem que esta não intervenção é sistematicamente tendenciosa contra membros de grupos não co-étnicos aos indivíduos que compõem as forças de segurança do país. Não está claro se isso é resultado da falta de controle por parte do Estado sobre suas forças armadas ou se o governo central é cúmplice da ação (ou falta de ação) por parte das Forças Armadas[ccxx].

Outra circunstância que, sistematicamente, contribuem para perturbar gravemente a ordem pública refere-se à escassez e à má gestão de recursos humanos e financeiros por parte do serviço público do Mali. Relatórios de agências especializadas dão conta de situações de corrupção generalizada são mais graves no norte e no centro do país. Os funcionários públicos frequentemente se recusam a ir a essas áreas devido à insegurança, às longas distâncias em relação aos principais centros urbanos e à dificuldade imposta por condições climáticas adversas[ccxxi]. Muitos funcionários públicos encaram sua designação para essas regiões como punição e alguns apenas aceitam tais atribuições por causa da maior oportunidade que elas oferecem para a prática da corrupção[ccxxii].

No mesmo sentido, a ineficácia, as negligências e os abusos perpetrados pelo estado malinês deixam um vazio de autoridade nas comunidades locais e outros atores não estatais competem para preenchê-lo. Pesquisa de opinião pública conduzida por *Afrobarometer*, em 2019, informou que 43% dos habitantes da República do Mali desaprovam o seu representante político local e 71% acreditam que os líderes de partidos políticos estão em suas posições mais para servir às suas próprias ambições políticas do que para servir a população que os elegeram[ccxxiii].

Cidadãos do Mali, particularmente nas regiões norte e centro, tendem a confiar sua segurança individual e a proteção de seus negócios à comunidade mais próxima: família, clã ou grupos étnicos. No vácuo da autoridade do Estado, a consolidação da forte confiança nas comunidades locais tem desencadeado tensões intercomunais, em especial no que concerne à disputa pelo poder político regional e, também, pelo controle sobre os recursos naturais, em especial em tempos pandêmicos[ccxxiv]. Nesse contexto, tal como ocorre em todo o mundo, a difusão do novo Coronavírus pelo Mali é, sem sobra de dúvidas, outra circunstância que perturba gravemente a ordem pública no país[ccxxv].

Conforme apontado nas seções anteriores, o despreparo e a falta de recursos que caracterizam a administração central malinesa acabam por abrir brechas para a capilarização da luta jihadista no país. Por sua vez, os militantes jihadistas passaram a lutar pela influência e pelo território entre eles, ao invés de combater unicamente o Estado enquanto seu inimigo declarado. Os combates entre as organizações concentradas no Delta do rio Níger e no lado do Mali da região da “fronteira tri-nacional” (junto a Burkina Faso e ao Níger) fizeram da região uma das mais violentas em toda a África. Uma das principais divergências entre os grupos jihadistas é o posicionamento assumido pelo JNIM em negociar com o governo do Mali[ccxxvii].

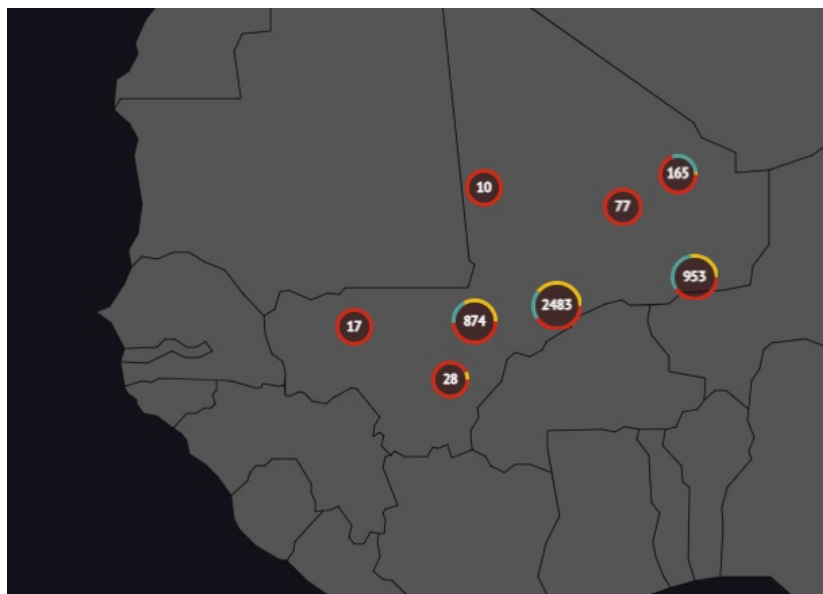
Além disso, as mortes de vários líderes argelinos AQIM podem ter fornecido ao líder do JNIM e comandante rebelde tuaregue de longa data, Iyad Ag Ghaly, mais espaço de manobra, bem como proeminência local da insurgência para cumprir a agenda do JNIM. Isso sugere um ganho de capital político por parte do JNIM. Tais circunstâncias próprias à dinâmica da organização e das disputas de poder no âmbito dos movimentos jihadistas, certamente, elevaram ainda mais os níveis de violência e de perturbação da ordem pública no Mali.

Como consequência direta da atuação dos grupos jihadistas no país, em especial a partir de 2015, observou-se o aumento significativo das mortes decorrentes de batalhas e/ou conflitos armados envolvendo os movimentos extremistas islâmicos entre si ou contra as forças armadas do Estado malinês, as quais figuram como as principais responsáveis pelas mortes ocorridas nos confrontos violentos ocorridos no Mali, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Number of Deaths

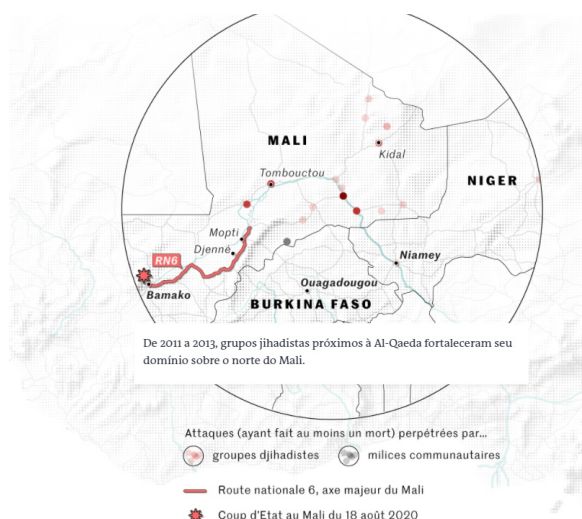


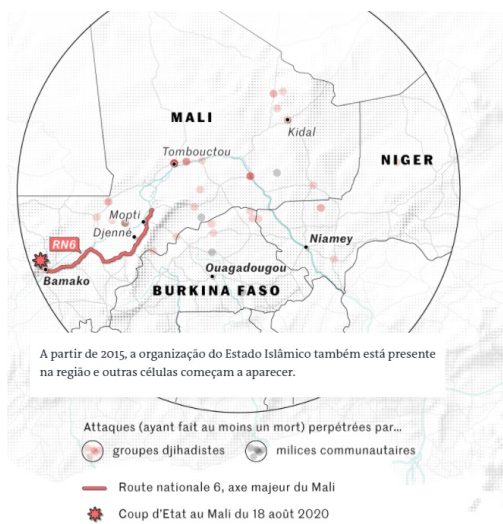
- ☒ Total Number of Deaths
4 607
- ☒ State-Based Violence
2 072
- ☒ Non-State Violence
995
- ☒ One-Sided Violence
1 540



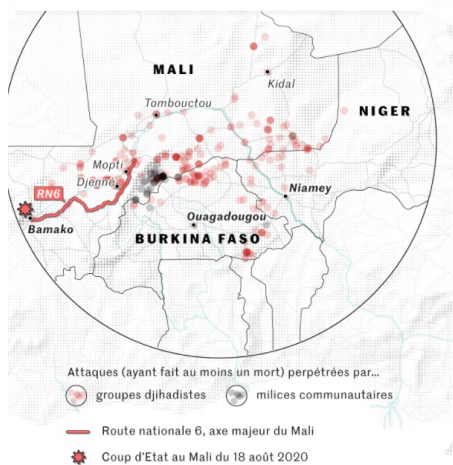
Fonte: <https://ucdp.uu.se/country/432>

Também como parte de sua estratégia disruptiva e de perturbação contumaz da ordem pública no Mali, grupos islâmicos armados interferiram nas eleições parlamentares de 2020, uma vez que saquearam zonas de votação, intimidaram eleitores e atacaram soldados que escoltavam materiais eleitorais. Tais grupos também foram responsáveis por assassinar vários civis com artefatos explosivos improvisados colocados nas estradas. Eles também sequestraram muitos civis, incluindo trabalhadores humanitários, funcionários do governo local e líderes políticos, incluindo um candidato presidencial da oposição, Soumaïla Cissé. Os jihadistas armados continuaram a ameaçar e a atentar contra a vida de líderes locais considerados colaboradores do governo. Também perpetraram espancamentos àqueles envolvidos em práticas culturais que eles haviam proibido. No mesmo sentido, impuseram sua versão da Sharia por meio de tribunais que não aderiam aos padrões de julgamento justo^[ccxxviii]. Os mapas abaixo reproduzidos demonstram com exatidão a crescente capilaridade dos referidos grupos, bem como o aumento significativo das ações terroristas ocorridas ao longo dos últimos anos. Conforme esta Nota Técnica buscou demonstrar, a expansão jihadista na República do Mali resulta de uma multiplicidade de elementos e, na prática, “personifica” a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos naquele país.

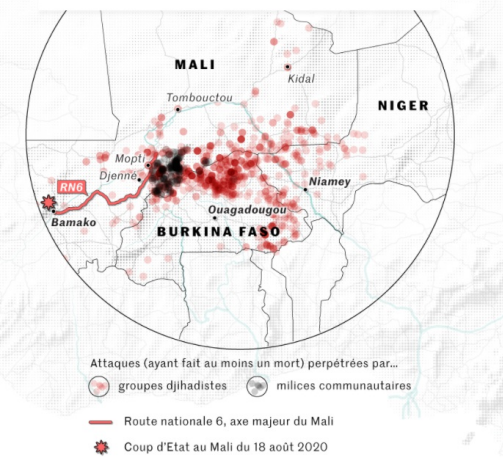




De 2017 a 2018, grupos jihadistas se dividiram e proliferaram em torno da área das “três fronteiras” (Mali, Burkina Faso e Níger); ataques intercomunitais acentuam esse clima de violência.



De 2019 a 2020, a violência se espalhou, ameaçando de fome os 5,5 milhões de habitantes desta região.



Nota Técnica do ACNUR

Nota Técnica do Ministério das Relações Exteriores

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das informações presentes neste relatório, conclui-se que, no atual momento histórico, a República do Mali enfrenta situação de grave crise institucional com múltiplas violações dos direitos humanos, conforme inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997.

Vislumbra-se, pois, ações práticas como sugestões decorrentes deste Estudo de País de Origem - EPO.

A primeira delas é a **recomendação, ao Comitê Nacional para os Refugiados, para reconhecer e declarar a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, em todo o território da República do Mali.**

A segunda delas está condicionada à adoção da primeira recomendação e direciona-se a esta própria Coordenação-Geral, para que, na inexistência de critérios e condições que leve ao reconhecimento da condição de refugiado de nacionais malineses com fulcro no inciso I do art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997, sejam os casos submetidos à apreciação do Comitê com fulcro no inciso III do mesmo art. 1º.

Diante da extensa pesquisa de país de origem, analisada à luz dos critérios elencados pela Declaração de Cartagena reconhecidos pela comunidade internacional, considero que a República do Mali apresenta grave diagnóstico institucional com múltiplas violações dos direitos humanos e, com fulcro no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474/97, **submeto à apreciação do Comitê Nacional para os Refugiados que reconheça a situação de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos em todo o território da República do Mali**, com base nos critérios inspirados na Declaração de Cartagena, bem como ouvida a consideração do MRE.

Para tanto, recomendo ao Comitê Nacional para os Refugiados:

1. Adotar procedimentos simplificados para a tramitação dos processos de reconhecimento da condição de refugiado de nacionais malineses;
2. Que seja dispensada a entrevista de elegibilidade, desde que o requerente:
 1. tenha em seu processo documentação malinesa, a fim de comprovar a sua nacionalidade, podendo ser passaporte ou documento de identidade, ainda que fora da validade;
 2. tenha como registro de última movimentação migratória a entrada no país;
 3. não tenham óbice contra si;
 4. tenha atingido a maioridade civil (18 anos); e
 5. não tenha autorização de residência em território nacional, nos termos da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.
3. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de excludentes, com base no art. 3º da Lei nº 9.474, de 1997;
4. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de óbices, por parte de qualquer instituição ou de indivíduo;
5. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de permanência em território nacional, inclusive podendo ser provada por meio de entrevista complementar; e
6. Por fim, considerando as mudanças no contexto interno do país, sugere-se que a atualização desta decisão possa ser feita a qualquer momento, caso haja evolução do contexto. Contudo, para validade desta decisão, propõe-se que a mesma seja aplicável até 31 de dezembro de 2022, ocasião em que, não havendo alteração do contexto fático do Mali, a decisão deve ser reavaliada pelo Comitê Nacional para os Refugiados, com a ressalva, claro, de que pode ser feita a qualquer momento caso haja mudança no contexto fático do país.

7. Quadro Resumo

CRITÉRIOS	RESUMO DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DO PAÍS
1. Violência Generalizada	As raízes da violência generalizada no Mali podem ser agrupadas em três situações que, no decorrer dos últimos anos, estão se tomando cada vez mais graves: o tráfico internacional de drogas; o rápido espriamento da ideologia jihadista e a proliferação de grupos armados pelo território malinês.
2. Agressão Estrangeira	Apesar de não ter havido episódios de agressão estrangeira direta à soberania e ao território malinês, resta claro que muitas das situações que estabelecem a violência generalizada no país, em especial no que concerne ao vigoroso espriamento da ideologia jihadista no Mali, estão diretamente relacionadas aos interesses estratégicos e/ou econômicos de países vizinhos, em especial a Líbia e a Argélia.
	O cenário atual da sociedade malinesa aponta para divisões étnicas profundas, levando a uma competição generalizada pelo poder e pelo acesso e controle dos recursos naturais. Os grupos terroristas afiliados à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico sistematicamente atacam as forças de segurança e civis, preponderantemente no norte e centro do país, muito embora confrontos envolvendo

3. Conflitos Internos	esses grupos tenham sido noticiados em todas as regiões do território malinês. Nas Províncias do norte (Timbuktu, Gao e Kidal), o conflito está centrado nas disputas étnicas (entre Tuaregues, Árabes, Fulanis e Songhays) que são catalisadas por dois problemas estruturais: a histórica negligência de Bamako em relação aos problemas e às necessidades da região e, também, a ocupação do território por grupos jihadistas que lutam entre si pelo controle das rotas de tráfico de drogas e, também, pela preponderância político-ideológica entre aquelas comunidades. A violência que se originou no norte do Mali, em especial a partir de 2015 se espalhou para o centro do país. O conflito no centro de Mali tem raízes históricas, as quais giram em torno das rivalidades entre pastores nômades e populações sedentárias pelo controle dos recursos naturais disponíveis na região. Assim, enquanto certo nível de tensão entre pastores e fazendeiros é endêmico, a proliferação de armas e a ascensão jihadista no centro de Mali transformou tal rivalidade em conflitos violentos e explicitamente enquadrado em torno da etnia dos dois grupos. A chamada “zona isenta” (<i>zone exondée</i>), e em particular os quatro distritos ao sul e ao leste da cidade de Mopti são muito mais disputados entre jihadistas e grupos de autodefesa. É exatamente nesta região onde se concentram grandes índices de violência contra civis. A violência perpetrada na região resultou em uma grande crise humanitária. Além do expressivo aumento nas mortes causadas pelos conflitos armados, a insegurança alimentar está crescendo a um ritmo preocupante na área exposta aos conflitos. A violência tem causado deslocamentos massivos, com aldeias inteiras arrasadas e populações forçadas a fugir. Por sua vez, a onda de turbulência que se iniciou em 2012 no norte, se estendeu para a região central, em especial a partir de 2015, resultou em uma série de questões socioeconômicas e políticas concentradas principalmente na capital de Bamako. Os dois Golpes de Estado em menos de um ano (agosto de 2020 e maio de 2021) comprovam a crise institucional e fazem do Estado malinês um importante responsável pela instabilidade vivenciada no país, sendo os agentes públicos (em especial os militares) perpetradores de parte dos abusos e violência endêmica que caracterizam o Mali contemporâneo.
	Com a escalada dos eventos de violência generalizada houve impacto significativo na capacidade dos cidadãos de exercer suas liberdades e direitos políticos, civis e suas liberdades individuais livremente, o que influenciou no aumento do fluxo migratório a nível interno e regional. Quanto aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a República do Mali possui uma grande parcela de sua população vivendo em situação de extrema pobreza, somando 42.3% do número total de habitantes em 2019. Sobre o Direito à Alimentação, a subnutrição de boa parte da população e o difícil acesso à alimentação levaram a uma taxa de desnutrição aguda grave de 10%, muito superior aos 2% do limite emergencial estabelecido pela OMS. Em relação ao Direito à saúde, o índice de médicos por cem mil habitantes no Mali é de 0.13, um dos mais baixos do mundo. As taxas de mortalidade infantil e materna do país permanecem entre as mais altas da África Subsaariana devido a fatores tais como gravidez precoce, intervalos curtos entre partos, prevalência de mutilação genital feminina e falta de atendimento obstétrico e neonatal de emergência. Quanto ao Direito à Educação, dois terços das mulheres de 15 a 49 anos (66%) não têm educação formal, em comparação com 53% dos homens. Apenas 2% de mulheres e 6% dos homens têm mais

4. Violação Maciça dos Direitos Humanos	do que o nível secundário de educação formal. Apenas 28% das mulheres e 47% de os homens são alfabetizados. Sobre o Direito das crianças e jovens, a UNICEF estimou que, ao final de 2020, mais de 2,3 milhões de crianças precisaram de proteção e assistência (um aumento de 80% em apenas um ano), entre os quais havia mais de 900 mil crianças refugiadas e/ou deslocadas internamente. Em relação aos Direitos das mulheres, 89% das mulheres malinesas de 15 a 49 anos sofreram mutilação genital. Segundo o Unicef, em dados de 2020, cerca de 2.1 milhões de meninas com menos de 18 anos se casaram no país. A violência intercomunitária que causa fluxos de deslocamento forçado no país também expõe mais mulheres e meninas ao tráfico de seres humanos.
5. Circunstâncias que Tenham Perturbado Gravemente a Ordem Pública	As graves instabilidades que caracterizaram a conjuntura político-institucional malinesa geraram outras circunstâncias que perturbam gravemente a ordem pública naquele país, em especial no que concerne aos protestos – e a respectiva repressão por parte do governo que deles decorrem – gerados pelo conturbado cenário político que caracteriza o país, em especial após os Golpes de Estado ocorridos nos últimos meses. Por sua vez, a escassez e à má gestão de recursos humanos e financeiros por parte dos governos em exercício no Mali agudiza as situações de violência generalizada e de violação maciça aos direitos humanos. Assim, a instabilidade política e o despreparo da administração central malinesa abrem brechas para a capilarização da luta jihadista no país, sendo esta a circunstância mais decisiva para a grave perturbação da ordem pública malinesa.
6. Posição Acnur	Não consta nos autos
7. Manifestação MRE	Ainda não há

REFERÊNCIAS

[i] A Declaração de Cartagena pode ser acessada em:
<http://www.mpf.mp.br/pfdc/temas/legislacao/internacional/declaracao-de-cartagena-1984/view>

[ii] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[iii] Idem.

[iv] <https://www.worldbank.org/en/country/mali/overview>

[v] <http://hdr.undp.org/en/countries>

[vi] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[vii] <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

[viii] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[ix] O levante tuaregue de 2012 colocou a questão do estado-nação de uma maneira diferente, dado o fato de que o “Movimento Nacional Tuaregue para a Libertação de Azawad” (MNLA) havia proclamado a separação da área de Azawad do território do Mali. O acordo de paz, assinado em meados de 2015 pelo governo do Mali e pela “Coordenação de Movimentos rebeldes de Azawad” (CMA), afirma claramente que Azawad só tem uma dimensão cultural comum com o Mali (ou seja, não uma dimensão política). Ao assinar um acordo de paz, os separatistas tuaregues aceitaram esse conceito. Nesse sentido, o acordo de paz proporciona maior autonomia às regiões escassamente povoadas do norte do Mali, sem estabelecer um estado federal formal. No entanto, os separatistas tuaregues levantaram a possível separação de Azawad por ocasião da realização da “Conferência Nacional de Entendimento”, realizada em 2017. Novamente, tal pleito foi rechaçado.

[x] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[xi] Idem.

[xii] Moussa Traoré (1936-2020) foi membro das forças armadas e, depois, participou ativamente da política do Mali. Enquanto tenente do exército desempenhou papel central no golpe militar que derrubou o presidente Modibo Keita (1915-1977), em 1968. Após a ruptura democrática, Traoré assumiu a liderança política do país, atuando como chefe de Estado entre 1968 a 1979 e, depois, como presidente do Mali de 1979 a 1991.

[xiii] A Conferência Nacional ocorreu em 1991 e reuniu cerca de 2.000 indivíduos representando uma ampla gama da sociedade maliana. A congregação foi bem sucedida e culminou na criação da chamada "Terceira República". Adicionalmente, a Conferência Nacional institucionalizou mecanismos para a promoção de mesas de diálogos locais, regionais e nacionais, com vistas a estabelecer mecanismos para articular reformas educacionais, de saúde, judiciais e eleitorais, tendo em vista os princípios consagrados pelo texto constitucional de 1992.

[xiv] Conforme análise de WING, S., Mali: Politics of a crisis, African Affairs, Volume 112, Issue 448, 2013.

[xv] Conforme dados informados em: <https://www.bti-project.org/en/reports/country-report-MLI.html>

[xvi] Para mais informações sobre o pleito de 1997, consultar: <https://www.ifes.org/publications/elections-legislatives-et-presidentielles-de-1997-republique-du-mali>

[xvii] Conforme análise de WING, S., Mali: Politics of a crisis, African Affairs, Volume 112, Issue 448, 2013.

[xviii] Para uma análise mais pormenorizada sobre os governos de ATT, consultar: BOUDAIS, V. e CHAUZAL, G. Political Parties and the "Partisan Independence" of Amadou Toumani Toure. Paris: Exhibit, 2009.

[xix] Para obter informações mais detalhadas sobre a atuação do referido grupo terrorista, consultar, entre outros, o relatório disponível em: http://ompv.eceme.eb.mil.br/images/conter/teraco/alqaeda_magrebe_islamico.pdf

[xx] "Ansar Dine" foi um grupo islâmico fundado por Iyad Ag Ghaly, um dos líderes mais proeminentes da Rebelião Tuaregue (1990–1995), e que esteve ativo entre 2012 e 2017. Seu objetivo principal foi o de impor a lei da Sharia estrita em todo o Mali. Ao final de 2017, o "Ansar Dine" de fundiu com outros grupos extremistas e para fundar o Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin (JNIM), que passou a ser o braço oficial da Al-Qaeda no Mali. Para mais informações sobre o grupo de Ag Ghaly, consultar: SOLOMON, H. Ansar Dine in Mali: Between Tuareg Nationalism and Islamism. In: Terrorism and Counter-Terrorism in Africa. London: Palgrave Macmillan, 2015.

[xxi] Conforme THURSTON, A. e LEOVICH, A. A Handbook on Mali's 2012–2013 Crisis. Evanston: Northwestern University, 2013.

[xxii] Sobre as batalhas e as conquistas territoriais dos grupos extremistas no norte do Mali em 2012, consultar o relatório disponível em: https://pure.dii.dk/ws/files/58183/RP2013_33_MALI_Signe_marie_cold_ravnskilde_web.pdf

[xxiii] Conforme GONIN, P.; KOTLOK, N. e MONTCLOS, M. La Tragedie Malienne. Paris: Vendémiaire, 2013.

[xxiv] Sobre o efeito "spillover" do conflito – do norte para o sul – consultar o relatório disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/163177/f18726c3338e39049bd4d554d4a22c36.pdf>

[xxv] Para mais informações sobre as eleições presidenciais de 2013, consultar: <https://www.files.ethz.ch/isn/172330/e49c19d0bb11c654ac8f5d2a6698f051.pdf>

[xxvi] Conforme dados disponíveis em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/#military-and-security>

[xxvii] A Operação Barkhane é uma operação anti-insurgente em andamento inaugurada em agosto de 2014. É liderada pelos militares franceses contra grupos islâmicos na região do Sahel na África. Consiste em uma força francesa de aproximadamente 5.000 homens, que está permanentemente sediada em N'Djamena, a capital do Chade. A operação é conduzida em cooperação com cinco países, todos eles ex-colônias francesas que se estendem pelo Sahel: Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger. O presidente francês Emmanuel Macron anunciou em 10 de junho de 2021 que a operação terminaria em breve e as forças francesas se retirariam de forma gradual, devido à incapacidade da França de trabalhar com os governos nacionais na região do Sahel. Para uma análise detalhada sobre a operação, consultar: STIGAL, D. The French military intervention in Mali, counter-terrorism, and the law of armed conflict. Military Law Review. 223(1), 2015.

[xxviii] Mali faz parte de uma força-tarefa anti-jihadista de cinco nações conhecida como Grupo G5 Sahel, criada em 2014 com Burkina Faso, Chade, Mauritânia e Níger. A aliança conta com 1.100 soldados e 200 gendarmes. No início de 2020, os chefes do estado-maior militar do G5 Sahel concordaram em permitir que as forças de defesa de cada um dos estados perseguissem os combatentes terroristas por até 100 km em países vizinhos. A força do G5 é apoiada pela ONU, EUA e França. As tropas do G5 conduzem periodicamente operações conjuntas com as forças francesas desdobradas para o Sahel durante a Operação Barkhane.

[xxix] O documento pode ser lido, na íntegra, em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/Accord%20pour%20la%20Paix%20et%20la%20R%C3%A9conciliation%20au%20Mali%20-%20Issu%20du%20Processus%20d%27Alger_0.pdf

[xxx] Para uma análise circunstanciada dos avanços e limitações referentes ao Acordo de Paz de 2015, consultar, entre outros, <https://media.africaportal.org/documents/Five-Years-after-the-Bamako-Peace-Agreement.pdf>

[xxxi] O documento pode ser acessado em: <https://sahelresearch.africa.ufl.edu/files/Rapport-alternatif-1.pdf>

[xxxii] Sobre as propostas e resultados obtidos por Keita enquanto presidente do Mali, consultar: <https://www.aljazeera.com/news/2020/8/19/profile-ibrahim-boubacar-keita-malis-overthrown-president>

[xxxiii] Para maior detalhamento dos resultados da eleição presidencial de 2018, consultar: <https://www.eisa.org/wep/mali2018presidentialelectionresults.htm>

[xxxiv] O programa de governo apresentado por Cissé por ocasião da eleição presidencial de 2018 pode ser lido, na íntegra, em: <https://www.wathi.org/election-mali-2018/programmes/le-programme-de-soumaila-cisse-candidat-de-lunion-pour-la-republique-et-la-democratie-urd/>

[xxxv] Sobre a influência do islã na política contemporânea do Mali, consultar o artigo de SAMAKE, B. Islam and Politics in Mali: What Stakes? Open Journal of Political Science, 09(03), 2019.

[xxxvi] Para maior detalhamento sobre a fundação e as bases programáticas do Movimento, consultar: <https://www.lefigaro.fr/flash-actu/mali-une-coalition-politique-de-premier-plan-offre-a-la-junte-de-collaborer-a-la-transition-20200826>

[xxxvii] Informações sobre as referidas manifestações podem ser obtidas em: https://ecfr.eu/article/commentary_unchecked_escalation_why_mali_is_in_turmoil/

[xxxviii] Conforme informado no relatório da *Human Rights Watch*, disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/mali>

[xxxix] Informações sobre as ações que constituíram o golpe estão disponíveis em: <https://www.publico.pt/2020/08/19/mundo/noticia/golpe-estado-forca-presidente-mali-demitir-se-dissolver-parlamento-1928561>

[xl] Conforme análise produzida em dezembro de 2021 por de Héni Nsaibia e divulgada pela ACLED, disponível em: <https://acleddata.com/2020/12/17/mali-any-end-to-the-storm/>

[xli] Sobre as motivações que geraram a onda de protestos em 2020, consultar: <https://www.dw.com/pt-002/mali-oposi%C3%A7%C3%A3o-convoca-protestos-de-apoio-aos-militares/a-54644369>

[xlii] Para melhor compreensão sobre as motivações dos protestos no Norte do Mali, acessar: <https://www.wsws.org/en/articles/2020/01/16/mali-j16.html>

[xliii] Conforme noticiado em: <https://www.france24.com/en/20200819-mali-s-opposition-says-it-will-work-with-coup-leaders-on-political-transition>

[xliv] Conforme noticiado em: <https://www.dw.com/fr/au-mali-la-plupart-des-gouverneurs-sont-des-militaires-encore-des-militaires/a-55740613>

[xlv] Conforme noticiado em: <https://www.maliweb.net/untm-syndicats/front-social-les-administrateurs-civils-invitent-le-gouvernement-a-plus-de-responsabilite-dans-la-gestion-des-revendications-2907017.html>

[xlvi] Conforme noticiado em: <https://www.theafricareport.com/50822/mali-calls-to-boycott-national-transitional-council-grow-louder/>

[xlvii] Conforme noticiado em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/28/mali-coup-leader-says-new-pm-to-be-appointed-within-days>

[xlviii] Conforme noticiado em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/30/mali-e-suspenso-de-organizacao-regional-na-afrika-apos-2o-golpe-em-nove-meses.ghtml>

[xlix] Conforme noticiado em: <https://www.dw.com/pt-002/mali-presidente-e-primeiro-ministro-detidos-por-militares/a-57649425>

[l] Conforme noticiado em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/6/11/malis-military-return-to-key-posts-as-new-govt-is-sworn-in>

[li] Para uma análise pormenorizada sobre a aceleração a violência no Mali e o tráfico, consultar o relatório disponível em: <https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/267-drug-trafficking-violence-and-politics-in-northern-mali-english.pdf>

[lii] Sobre o impacto negativo que o tráfico de drogas e o contrabando exercem na pacificação do norte do Mali consultar, entre outros, o artigo disponível em: <https://www.ipinst.org/2017/06/lessons-from-inter-malian-peace-agreement>

[liii] Os principais pontos de passagem de contrabando, como a cidade de Tabankort, no distrito de Tarkint em Gao, bem como Anefis e In Khalil na região de Kidal, têm sido um palco de intenso conflito entre diferentes milícias. Para mais detalhes sobre a prática de contrabando na região, consultar SCHEELE, J. *Smugglers and Saints of the Sahara*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

[liv] Para informações detalhadas sobre a violência gerada pelas disputas pelo controle das rotas de tráfico no norte do Mali, consultar, entre outros, o relatório produzido pelo governo britânico, disponível em:

[lv] Para um tratamento mais aprofundado sobre a ideologia jihadista, consultar, entre outros, SEDGWICK, M. Jihadist ideology, Western counter-ideology, and the ABC model. Critical Studies on Terrorism, 5:3, 2012.

[lvi] Sobre as especificidades do jihadismo no Sahel, consultar o relatório disponível em: https://www.iemed.org/observatori/arees-danalisi/arxiu-adjunts/anuari/med.2018/Jihadism_Sahel_Hamza_Chelibib_Medyearbook2018.pdf

[lvii] Sobre o espalhamento do jihadismo no Mali, consultar, entre outros: BOAS, M. Crime, Coping, and Resistance in the Mali-Sahel Periphery, African Security. Vol 8, nº 4. 2015.

[lviii] Sobre a aproximação dos jihadistas argelinos à população do norte do Mali, consultar MAHMOUD, A. Al Qaeda and Its Allies in the Azawad. Doha: Ajazeera Center for Studies, 2014.

[lix] Sobre o uso excessivo de violência e demais abusos do exército do Mali na tentativa de conter a expansão jihadista no norte do país, consultar relatório disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2021-03/2021-03-02-response-jihadist-groups-sahel-perouse-de-montclos.pdf>

[lx] Sobre o tema, chamou muito a atenção da comunidade internacional o fato de Iyad Ag Ghaly, Amadou Kouffa e um clérigo árabe afirmarem em vídeos online que diferenças raciais e étnicas não

importam e que todos os grupos étnicos e raciais devem se unir na luta contra o estado do Mali e os "cruzados". O fato de o vídeo mostrar os três líderes de diferentes grupos étnicos - Tuareg, Peul e Árabes, respectivamente - é uma mensagem poderosa em favor da unidade que eles desejam construir. O vídeo pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=iXJXmYFcZjI&t=735s>

[lxi] Os pastores são assim [pejorativamente] designados, pois passam muito tempo expostos ao sol pastoreando seus animais, o que faz com tenham um tom avermelhado em suas peles.

[lxii] Sobre o tema, consultar o relatório disponível em <https://media.africaportal.org/documents/policybrief89-eng.pdf>

[lxiii] Para a contextualização pormenorizada do avanço do jihadismo no centro do Mali, consultar o relatório disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/276-speaking-bad-guys-toward-dialogue-central-malis-jihadists>

[lxiv] Sobre a atuação (2020) configuração e forças do Katiba Macina, consultar: Edoardo BALDARO, E. e YDIALL. The End of the Sahelian Exception: Al-Qaeda and Islamic State Clash in Central Mali. The International Spectator, 55:4, 2020.

[lxv] Conforme consta na análise de CARAYOYL, R. Mali: Dans le Macina un jihad sur fond de révolte sociale. Jeune Afrique, 2016. O texto está disponível em: <http://www.jeuneafrique.com/mag/332806/politique/reportage-mali-macina-tombait-aux-mains-jihadistes/>

[lxvi] Para maior detalhamento sobre a fundação e os princípios estratégicos seguidos pelo ISGS, consultar o relatório disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/exploiting-borders-sahel-islamic-state-in-the-greater-sahara-isgs/>

[lxvii] Sobre as especificidades do conflito interétnico que opõe Peuls Tolebe e os Daousahaq, consultar relatório disponível em: https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2018/10/1810_POC-in-the-Context-of-Violent-Extremism.pdf

[lxviii] Sobre a violência e os abusos cometidos pelo Estado malinês e as forças internacionais que lá atuam contra as comunidades Peul/Falani, consultar o relatório disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/understanding-fulani-perspectives-sahel-crisis/>

[lix] Sobre a proliferação dos chamados "grupos de autodefesa", consultar: <https://www.thebrokeronline.eu/state-back-armed-governance-in-the-sahel-is-stirring-ethnic-conflicts/>

[lxx] Sobre o referido movimento de aliança entre jihadistas e comunidades na região central do Mali, consultar, entre outros, SANGARÉ, B. Le Centre du Mali: épicentre du djihadisme? Note d'Analyse du GRIP. 2016. O texto está disponível em: http://www.grip.org/sites/grip.org/files/NOTES_ANALYSE/2016/NA_2016-05-20_FR_B-SANGARE.pdf

[lxxi] Conforme computado pela análise disponível em: <https://africacenter.org/publication/puzzle-jnim-militant-islamist-groups-sahel/>

[lxxii] Relatório disponível em: <https://www.fidh.org/en/region/Africa/mali/the-sahel-in-2020-more-civilians-were-killed-by-the-security-forces>

[lxxiii] Conforme análise de RALEIGH, C., NSAIBIA, H. e DOWD, C. The Sahel crisis since 2012, African Affairs, Volume 120, Issue 478, janeiro de 2021.

[lxxiv] Este grupo, cujo nome significa "aqueles que confiam em Deus" em Dogon, opera na parte central e oriental da região de Mopti, em áreas coloquialmente referidas como "País Dogon". Os dogon constituem uma parte considerável da população não muçulmana do Mali, embora também existam comunidades dogon que são muçulmanas. O grupo emergiu no final de 2016 de irmandades de caçadores tradicionais. Eles representam uma coalizão de milícias de autodefesa que operam sob a autoridade militar de Youssouf Toloba. Eles estão muito presentes em Bankass, Bandiagara, Koro e Mondoro. Eles frequentemente atacam vilas e

acampamentos dos Peul, alegando que jihadistas afiliados ao Katibat Macina se refugiam ali.

[xxv] Sobre o impacto dos referidos conflitos para os civis da região, consultar o relatório disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/mali>

[xxvi] Dados disponíveis em: <https://dhsprogram.com/methodology/survey/survey-display-517.cfm>

[xxvii] Conforme relatório disponível em: <https://voice4thought.org/violences-basees-sur-le-genre-au-mali-sortir-du-silence-appel-aux-autorites/>

[xxviii] Idem.

[xxix] O conceito “economia política da violência” é desenvolvido em: JOURDE, C. Décodez les multiples strates de l’insécurité au Sahel. Centre d’Etudes Stratégiques de l’Afrique, September, 2011.

[xxx] Conforme análise disponível em: https://www.clingendael.org/pub/2015/the_roots_of_malis_conflict/3_a_playing_field_for_foreign_powers/

[xxxi] Sobre a interferência regional no Mali baseada em interesses geopolíticos, consultar: https://www.clingendael.org/pub/2015/the_roots_of_malis_conflict/3_a_playing_field_for_foreign_powers/

[xxxii] Para uma análise sobre o papel proativo exercido por Kadafi nos países do Sahel, consultar: DEYCARD, F. e GUICHAOUA, Y. Whether you liked him or not, Gaddafi used to fix a lot of holes. African Arguments, 2011.

[xxxiii] Para uma análise mais detalhada do compartilhamento tácito da soberania no norte do Mali, consultar: KLUTE, G. De la chefferie administrative à la para-souveraineté régionale. Paris, Karthala, 1999.

[xxxiv] Sobre os empreendimentos custeados pelo governo líbio no Mali, consultar: OFFNER, F. A Kadhafi le Mali reconnaissant. Slate Afrique, 2011.

[xxxv] Informações que vinculam a queda do regime líbio e a rebelião tuaregue de 2012 podem ser acessadas em <https://www.reuters.com/article/us-mali-libya-idUSTRE8190UX20120210>

[xxxvi] O acordo pode ler lido na íntegra em: <https://ucdpged.uu.se/peaceagreements/fulltext/mal19910106.pdf>

[xxxvii] Para mais informações sobre este acordo, consultar, entre outros, <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/acordo-de-paz-e-assinado-no-mali-sem-principais-grupos-rebeldes.html>

[xxxviii] Sobre os referidos grupos extremistas, consultar: LAREMONT, R. Al Qaeda in the Islamic Maghreb: Terrorism and Counterterrorism in the Sahel. African Security, 4(4), 2011.

[xxxix] Para mais detalhes sobre a influência da Argélia na crise do norte do Mali, consultar a análise disponível em: www.clingendael.org/pub/2015/the_roots_of_malis_conflict/3_a_playing_field_for_foreign_powers/

[xc] Sobre o papel ambivalente desempenhado por Argel na condução dos esforços antiterroristas no Sahel, consultar: AMMOUR, L. Regional security cooperation in the Maghreb and Sahel: Algeria's pivotal ambivalence, African Center for Strategic Studies, 2012.

[xci] Conforme apontado por: LOHMANN, A. Who owns the Sahara? Old conflicts, new menaces: Mali and the Central Sahara between Tuareg, Al Qaida and Organized Crime. Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2011.

[xcii] Sobre os grupos étnicos de auto-defesa no Mali, consultar <https://economictimes.indiatimes.com/news/international/world-news/how-attacks-ethnic-massacres-are-leaving-ghost-villages-in-central-mali/self-defence-groups/slideshow/74624873.cms>

[xciii] Para dados detalhados sobre o número de pessoas deslocadas internamente de maneira forçada no Mali, consultar <https://www.diis.dk/en/research/internally-displaced-people-in-mali-capital-city>

[xciv] Conforme noticiado em <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2019/03/11/militarised-mali-humanitarian-responders-say-aid-afterthought>

[xcv] Conforme relatório da Human Rights Watch, disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/mali>

[xcvi] Os grupos étnicos no norte do Mali são visualmente distintos e geralmente caracterizados pela cor da pele. Os tuaregues e mouros têm geralmente pele mais clara, enquanto os Songhai, Bambara e Dogon têm pele mais escura e os Peuls têm tons de pele geralmente intermediários. Rivalidades relacionadas às diferenças raciais entre as populações predominantemente "brancas" no norte - Tuaregues, Mouros e alguns Peul - e populações "negras" no sul - Songhai, Bambara e Dogon - alimentam tensões por séculos.

[xcvii] Sobre a rivalidade entre etnias no Mali e a dificuldade do Estado em aplacar os conflitos, consultar <https://theconversation.com/mali-volatile-mix-of-communal-rivalries-and-a-weak-state-is-fuelling-jihadism-114442>

[xcviii] O conflito entre os Ifoghas (nobres) e Imghad (tributários) em Kidal, por exemplo, é uma das manifestações mais claras relacionadas a essa crise transição, conforme aponta o relatório preparado disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/03534.pdf>

[xcix] Sobre as particularidades do referido conflito, consultar <https://www.longwarjournal.org/archives/2018/05/analysis-conflict-within-a-conflict-in-malis-northern-menaka-region.php>

[c] Sobre as relações conflituosas entre as referidas etnias, consultar https://www.lepoint.fr/afrique/mali-peuls-et-dogons-histoire-d-une-longue-relation-ambivalente-29-03-2019-2304664_3826.php

[ci] Conforme apontado no relatório da HRW, disponível em <https://www.hrw.org/news/2016/02/19/mali-abuses-spread-south>

[cii] Conforme LECOCQ, B. Disputed Desert: Decolonisation, Competing Nationalisms and Tuareg Rebellions in Northern Mali. Leiden: Afrika-Studiecentrum Series, 2010.

[ciii] Situação esta destacada em relatório das Nações Unidas, disponível em <https://news.un.org/en/story/2020/06/1067292>

[civ] Maiores informações sobre a TJRC podem ser obtidas em: <https://www.ictj.org/news/mali-truth-justice-reconciliation-commission-peace>.

[cv] A dificuldade do governo central sediado em Bamako em conter a violência nas demais regiões do país está relatada, entre outros, no seguinte documento: <https://media.africaportal.org/documents/293-communautarisation-au-mali.pdf>

[cvi] Conforme exarado no artigo de BLECK, J., DEMBELE, A. e GUINDO, S. Malian Crisis and the Lingering Problem of Good Governance. Stability: International Journal of Security and Development, 5(1), 2016.

[cvii] Conforme informações contidas em relatório da ONU, disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2020_476.pdf

[cviii] Conforme dados disponíveis em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/8/18/explainer-what-has-caused-malis-political-unrest>

[cix] Para maiores detalhes sobre as vicissitudes das divisões políticas no norte do Mali, consultar o documento confidencial dos EUA disponibilizado pelo Wikileaks: https://wikileaks.org/plusd/cables/08BAMAKO239_a.html

[cx] Sobre a característica transfronteiriça dos Tuareg, consultar o relatório disponível em: https://www.cna.org/CNA_files/PDF/DCP-2013-U-004799-Final.pdf

[cxi] Sobre a influência dos clãs Tuareg na cidade de Kidal, consultar o relatório do governo estadunidense, disponibilizado pelo Wikileaks em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07BAMAKO594_a.html

[cxii] Sobre o cenário político na região em que os árabes habitam no norte do Mali, consultar: https://www.researchgate.net/publication/331586666_Timbuktu_Past_Present_and_Peace_Perspectives

[cxiii] Sobre o papel das comunidades Fulani e Songhay no conflito do norte do Mali, consultar: <https://www.files.ethz.ch/isn/187413/FULLTEXT01.pdf>

[cxiv] Para mais informações sobre as milícias de autodefesa dos Songhay, consultar: <https://jamestown.org/program/the-sons-of-the-land-tribal-challenges-to-the-tuareg-conquest-of-northern-mali/>

[cxv] Sobre a “Ganda Iso”, consultar: <https://sahelresearch.africa.ufl.edu/files/USAID-USSOCOM-Sahel-Desk-Study-7-Jun-13.pdf>

[cxvi] Para uma análise mais detalhada sobre as particularidades envolvendo as porções norte e sul do Mali, consultar, entre outros, relatório disponível em: https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/The_roots_of_Malis_conflict.pdf

[cxvii] Conforme análise de BASTAGLI, F. e TOULMIN, C., Mali: Economic Factors Behind the Crisis. European Parliament, Policy Department, 2014.

[cxviii] Conforme análise de LUTUMBUE, M., Comprendre la dynamique des conflits: une lecture synthétique des facteurs de conflits en Afrique de l'Ouest. Groupe de Recherche et d'Information sur la Paix et la Sécurité (GRIP), 2014.

[cxix] O acordo vigente pode ser acessado, na íntegra, em <https://www.peaceagreements.org/viewmasterdocument/1365>

[cxx] Sobre o início das atividades do GSPC no norte do Mali, consultar: BOAS, M. e TORHEIM, L.E. The Trouble in Mali: Corruption, collusion and resistance. Third World Quarterly, 43 (7), 2013.

[cxi] Para maior detalhamento da capilaridade das redes de tráfico no norte do Mali, consultar: BRICOE, I. Crime after Jihad: armed groups, the state and illicit business in post-conflict Mali, Clingendael CRU Report, 2014.

[cxiii] Sobre a heterogeneidade étnica na África francófona, consultar: LE ROY, E. L'introduction du modèle de l'Etat en Afrique francophone; logiques et mythologiques du discours juridique. Lille: Presses Universitaires. 1989.

[cxiiii] Conforme análise das dificuldades para a efetivação da paz no norte do Mali disponível em: https://www.clingendael.org/pub/2015/the_roots_of_malis_conflict/2_rebellion_and_fragmentation_in_northern_mali/

[cxxiv] Conforme análise disponível em: <https://www.sipri.org/research/conflict-peace-and-security/africa/mali>

[cxxv] Para informações detalhadas sobre a diversidade étnica no centro do Mali, consultar <https://minorityrights.org/country/mali/>

[cxxvi] Conforme relatado em: OUMAROU, B, Pasteurs Nomades face a l'Etat du Niger. Paris: L'Harmattan, 2011.

[cxxvii] A *Diina* é o sistema de governança tradicional estabelecido por Ahmadu Seku, na Macina, no século XIX, para gerenciar o uso de recursos naturais no Delta entre comunidades de pastores, fazendeiros e pescadores. Para um tratamento detalhado do sistema *Diina*, consultar: Mirjam

de BRUIJN, M e van DIJK, H. Arid Ways: Cultural Understandings of Insecurity in Fulbe Society, Central Mali. Amsterdam: Thela, 1995.

[cxxviii] Para maior detalhamento dos conflitos por terras na região central do Mali envolvendo fazendeiros e pastores, consultar <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fes-pscc/14174.pdf>

[cxxix] Conforme relatório disponível em https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/mali0220_web.pdf

[cxxx] Conforme relatório disponível em: <https://reliefweb.int/report/mali/mali-rapport-sur-les-mouvements-de-populations-mai-2020>

[cxxxi] Conforme relatório disponível em: <https://www.hrw.org/report/2020/02/11/how-much-more-blood-must-be-spilled/atrocities-against-civilians-central-mali>

[cxxxii] Sobre as dificuldades para o estabelecimento de um sistema eficiente de solução de controvérsias para a região central do Mali, consultar o artigo de RAO (2017), disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302579562_Conflict_and_Stabilisation_in_Mali_and_the_Sahel_region

[cxxxiii] Conforme análise circunstanciada feita por IBRAHIN, I e ZAPATA, M (2018), disponível em: https://www.ushmm.org/m/pdfs/Mali_Report_English_FINAL_April_2018.pdf

[cxxxiv] Conforme análise contida no relatório disponível em https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-02/sipriinsight_1713_mali_3_eng.pdf

[cxxxv] Conforme relatado em <https://www.hrw.org/news/2017/05/19/military-might-alone-wont-pull-mali-quagmire>

[cxxxvi] Os abusos cometidos pelas forças militares na região central do Mali estão informados no seguinte relatório: <https://www.hrw.org/news/2017/09/08/mali-unchecked-abuses-military-operations>

[cxxxvii] Conforme relatório disponível em: <https://media.africaportal.org/documents/293-reversing-central-malis-descent.pdf>

[cxxxviii] Conforme relatório disponível em: <https://www.hrw.org/report/2020/02/11/how-much-more-blood-must-be-spilled/atrocities-against-civilians-central-mali>

[cxxxix] Os milicianos Peuhl assumiram a autoria de atentados que culminaram no assassinato de 48 civis Dogon em várias aldeias na área administrativa de Bankass, em março, e de pelo menos 27 outros em 26 e 27 de maio, perto da aldeia Tillé. Em agosto, pelo menos seis Dogon foram mortos na área administrativa de Timiniri, perto de Bandiagara. Por sua vez, os milicianos Dogon assumiram a autoria de atentados que culminaram em várias mortes: em janeiro na aldeia Siba, matando 14; o massacre de 14 de março de 35 aldeões Peuhl no vilarejo de Ogossagou, mesmo local do massacre de 150 civis em 2019; o assassinato em 22 de março de pelo menos 20 Peuhl na comuna de Baye e o assassinato em 5 de maio de 18 perto de Djenne.

[cxl] Conforme informado no relatório da *Human Rights Watch*, disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/mali>

[cxli] O texto do Pacto está disponível, na íntegra, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm

[cxlii] Idem.

[cxliii] Relatório disponível em <https://www.hrw.org/africa/mali>

[cxliv] O texto constitucional malinês, vigente desde 1992, está disponível em https://www.constituteproject.org/constitution/Mali_1992.pdf?lang=en

[cxlv] Conforme informações contidas em relatório do Departamento de Estado dos EUA, disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/MALI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

[cxlvi] Conforme relatório da HRW, disponível em www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/mali

[cxlvii] Conforme relatório disponibilizado pela embaixada dos EUA em Bamako, disponível em <https://ml.usembassy.gov/2020-country-reports-on-human-rights-practices-mali>

[cxlviii] O relatório completo pode ser consultado em https://www.ecoi.net/en/file/local/2046480/A_HRC_46_68_E.pdf

[cxlix] A resolução está disponível em <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3->

[cl] Conforme resolução disponível em https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_RES_2531.pdf

[cli] Dados disponíveis em <https://www.worldbank.org/en/country/mali/overview>

[clii] Idem.

[cliii] Idem.

[cliv] Documento disponível em <https://undocs.org/E/C.12/1999/5>

[clv] Idem.

[clvi] Conforme relatório da WFP sobre o Mali, disponível em <https://www.wfp.org/countries/mali>

[clvii] Conforme informações disponíveis em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm

[clviii] Dados disponíveis em <https://www.wfp.org/countries/mali>

[clix] Idem.

[clx] Resolução disponível em https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_RES_2531.pdf

[clxi] O documento em que a FAO expressa as graves violações aos Direitos Humanos no Mali pode ser acessado, na íntegra, em <http://www.fao.org/3/cb4458fr/cb4458fr.pdf>

[clxii] Conforme relatório disponível em <https://www.wfp.org/countries/mali>

[clxiii] Segundo definição contida em <http://www.fao.org/3/cb4458fr/cb4458fr.pdf>

[clxiv] Informações contidas em <https://data2.unhcr.org/fr/documents/details/67751>

[clxv] Conforme relatório da FAO disponível em <http://www.fao.org/3/cb4458fr/cb4458fr.pdf>

[clxvi] Idem.

[clxvii] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[clxviii] Conforme análise de WING, S. Mali's Enduring Crisis. Current History. 116(790): 189, 2017.

[clxix] Informações contidas no estudo de CRAVEN-MATTHEWS, C. e ENGLEBERT, P. A Potemkin state in the Sahel? The empirical and the fictional in Malian state reconstruction. African Security 11(1), 2018.

[clxx] Conforme consta em artigo de BLECK, J. e MICHELITCH, K. The 2012 crisis in Mali: Ongoing empirical state failure. African Affairs 114(457), 2015.

[clxxi] Conforme definição da OMS disponível em https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf

[clxxii] O relatório pode ser acessado na íntegra em <https://www.afro.who.int/sites/default/files/2019-01/OMS%20MALI%20Rapport%20annuel%202018.pdf>

[clxxiii] Idem.

[clxxiv] Dados disponíveis em <https://coronavirus.jhu.edu/region/mali>

[clxxv] Informações disponíveis em <http://www.fao.org/3/cb4458fr/cb4458fr.pdf>

[clxxvi] A pesquisa da FAO está disponível em <http://www.fao.org/3/cb4458fr/cb4458fr.pdf>

[clxxvii] Conforme dados disponíveis em <https://data2.unhcr.org/fr/documents/details/67751>

[clxxviii] Conforme relatório disponível em <https://data2.unhcr.org/fr/documents/details/67751>

[clxxix] Idem.

[clxxx] O relatório da Anistia Internacional está disponível em <https://www.amnesty.org/en/countries/africa/mali/report-mali>

[clxxxi] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[clxxxii] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[clxxxiii] Conforme informado pelo Departamento de Estado dos EUA em relatório disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/MALI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

[clxxxiv] Dados disponíveis em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR261/SR261.E.pdf>

[clxxxv] Segundo relatório do "Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários" (OCHA), disponível em: <https://data2.unhcr.org/fr/documents/details/67751>

[clxxxvi] Conforme relatório disponível em

<https://www.amnesty.org/en/countries/africa/mali/report-mali/>

[clxxxvii] Segundo informado pelo “United Nations Secretary-General” (UNSG), no relatório “Children and armed conflict - Report of the Secretary-General” (A/74/845–S/2020/525), disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/15-June2020_Secretary-General_Report_on_CAAC_Eng.pdf

[clxxxviii] Conforme informado pelo Departamento de Estado dos EUA em relatório disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/MALI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

[clxxxix] Conforme dados disponíveis em: <https://borgenproject.org/the-impact-of-conflict-on-poverty-in-mali/>

[cxc] Conforme informado pelo Departamento de Estado dos EUA em relatório disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/MALI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

[cxci] Conforme relatório da United Nations Secretary-General (UNSG), denominado “Children and armed conflict - Report of the Secretary-General” (A/74/845–S/2020/525), disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/15-June-2020_Secretary-General_Report_on_CAAC_Eng.pdf

[cxcii] Conforme relatório disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=3&DocTypeID=7

[cxciij] Dados disponíveis em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR261/SR261.E.pdf>

[cxciiv] Segundo o relatório da UNICEF denominado “Child Marriage in the Sahel” (2020), disponível em: <https://data.unicef.org/resources/child-marriage-in-the-sahel-brochure>

[cxci] Conforme informado pelo Departamento de Estado dos EUA em relatório disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/MALI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

[cxci] O relatório “Conflict-related sexual violence: Report of the Secretary-General” (S/2021/312) está disponível em https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/S_2021_312_E.pdf

[cxci] Idem.

[cxci] Segundo relatório disponível em <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR261/SR261.E.pdf>

[cxci] Relatório disponível em <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR261/SR261.E.pdf>

[cc] Segundo relatório disponível em https://www.ecoi.net/en/file/local/2046480/A_HRC_46_68_E.pdf

[cci] Conforme informado pelo Departamento de Estado dos EUA em relatório disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/MALI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

[ccii] Segundo relatório da Human Rights Watch (HRW), disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/mali>

[cciii] Conforme relato disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/MALI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

[cciv] Idem.

[ccv] Conforme definição contida em <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>

[ccvi] Conforme relatório da “European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations” - DG ECHO, disponível em <https://erccportal.jrc.ec.europa.eu/Echo-Flash/ECHOFlashList/yy/2020/mm/5#/echo-flash-items/20287>

[ccvii] Idem.

[ccviii] Conforme noticiado em <https://erccportal.jrc.ec.europa.eu/Echo-Flash/ECHOFlashList/yy/2020/mm/5#/echo-flash-items/18691>

[ccix] Relatório “Persons of Concern to UNHCR”, disponível em www.unhcr.org/ph/personsofconcern-unhcr

[ccx] Idem.

[ccxi] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

[ccxii] Segundo relatório relativo ao ano de 2020, publicado pela *Freedom House* em: <https://freedomhouse.org/country/mali/freedom-world/2021>

[ccxiii] De acordo com dados do UNICEF, disponíveis em <https://www.unicef.org/media/79436/file/Mali-SitRep-March-2020.pdf>

[ccxiv] <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/#military-and-security>

[ccxv] Conforme apresentado por SHURKIN M., PEZARD, S. e ZIMMERMAN, S. Mali's Next Battle: Improving

Counterterrorism Capabilities. Rand Corporation, 2017.

[ccxvi] Conforme análise de WING, S. Mali's Enduring Crisis. Current History. 116(790): 189, 2017.

[ccxvii] O Banco Mundial informa que a França tem 306.350 militares e Mali 15.800. Para outra comparação, agora com um país africano, Gana é aproximadamente cinco vezes menor que o Mali, mas tem quase o mesmo número de militares (15.500). Dados contidos no informe "Armed Forces Personnel, Total", disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.TOTL.P1>.

[ccxviii] A força policial do Mali é estimada em cerca de 7.000 funcionários de acordo com a Interpol, conforme dados disponíveis em: <https://www.interpol.int/Member-countries/Africa/Mali>

[ccxix] Documentário que ilustra a atuação das forças policiais do Mali pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=Cw_fwHTB26U

[ccxx] Conforme a análise de: TULL, D. Rebuilding Mali's army: the dissonant relationship between Mali and its international partners. International Affairs 95(2), 2019.

[ccxxi] De acordo com relatório da ONU, apenas um terço dos funcionários do estado, incluindo servidores do poder judiciário e de segurança estão alocado na região norte do país. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/N1707892.pdf>

[ccxxii] Para um estudo detalhado sobre a corrupção endêmica e às medidas anticorrupção encampadas pela República do Mali consultar <https://www.u4.no/publications/mali-overview-of-corruption-and-anti-corruption-2020>

[ccxxiii] Conforme dados disponíveis em: [geocodingafrobarometer.pdf\(aiddata.org\)](https://geocodingafrobarometer.pdf(aiddata.org))

[ccxxiv] Para mais informações sobre como a competição por recursos naturais alimenta o conflito no Mali, consultar: MITRA, S. Mali's Fertile Grounds for Conflict: Climate Change and Resource Stress. The Planetary Security Initiative. Haia: Clingendael Institute, dezembro de 2017.

[ccxxv] Para mais informações atualizadas sobre a pandemia da COVID-19 no Mali, consultar <https://www.ifpri.org/publication/assessing-risk-covid-19-mali>

[ccxxvi] Conforme noticiado em: <https://ctc.usma.edu/the-end-of-the-sahelian-anomaly-how-the-global-conflict-between-the-islamic-state-and-al-qaida-finally-came-to-west-africa/>

[ccxxvii] Conforme informado no relatório da *Human Rights Watch*, disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/mali>



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo de Almeida Tannuri Laferté**, **Coordenador(a)-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados**, em 16/09/2021, às 09:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Moraes Cicero**, **Professor do Magistério Superior em Exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 16/09/2021, às 10:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15246032** e o código CRC **569D081F**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.